



Custom Built / Feito Sob Medida:

Reforma dos programas de tecnologia e democracia para a Maioria Global

Jonathan Corpus Ong, Jose Mari Lanuza, Dean Jackson, Marcelo Alves, Rafael Grohmann, Raquel Recuero, e Camilla Tavares

Agradecimentos 3

Resumo executivo 4

QUADRO 1. Uma ilusão de inclusão no espaço da tecnologia e da democracia

Capítulo 1 Introdução 9

TABELA 1. Distribuição dos participantes por fase do nosso Projeto de Intercâmbio de Conhecimentos da Maioria Global

TABELA 2. Distribuição dos participantes por país

FIGURA 1. Distribuição dos países dos participantes em porcentagem

TABELA 3. Participantes únicos por setor

Capítulo 2 Reformando espaços 17

Capítulo 3 Programas “personalizados” para a Maioria Global 28

BOX 1. Avaliações Divergentes do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil

Capítulo 4 Recomendações 37

Apêndice: Respostas e recomendações para operações de influência na maioria global 44

Referências 50

Agradecimentos

Este estudo não teria sido possível sem o apoio da Luminate, da Carnegie Corporation of New York e da Open Society Foundations. Os autores também gostariam de agradecer aos participantes dos workshops Global Majority Knowledge Exchange organizados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em novembro de 2023 e pela UMass Amherst em abril de 2023 e abril de 2024.

As conversas com Dinita Putri, Melanie Hui, Meetali Jain, Nicole Curato e Thales Lelo ajudaram a embasar nossa análise e nossas recomendações. Também gostaríamos de agradecer aos colegas pelo feedback útil sobre uma versão preliminar apresentada no workshop do Social Science Research Council sobre “Platforms, Politics, and Elections” em agosto de 2024. Somos gratos aos nossos colegas da GloTech pela revisão deste relatório.

O design do relatório é de Yeni Kim.

A identidade visual do GloTech Lab é de Kaye Aranzanso.

CITAÇÕES

Ong, J.C., Lanuza, J.M., Jackson, D., Alves, M., Grohmann, R., Recuero, R., e C. Tavares (2024). Custom Built / Feito Sob Medida: Reformando programas de tecnologia e democracia para a Maioria Global. Laboratório de Tecnologia Global para Justiça Social da UMass Amherst. URL disponível: <https://glotechlab.net>.

Resumo executivo

Apesar da proliferação de coalizões internacionais e “painéis de especialistas” que se comprometem a proteger o ambiente de informação e fortalecer a democracia, os líderes da sociedade civil da Maioria Global permanecem periféricos na influência da agenda global e na determinação de programas nacionais. O complexo industrial de ajuda global reforça os padrões de “extrativismo do conhecimento” ([Lehuede, 2024](#)), muitas vezes recrutando a sociedade civil local para replicar as prioridades dos programas do Norte Global e participar de acordos de colaboração injustos.

Embora os líderes da sociedade civil da Maioria Global geralmente recebam bem o apoio dos doadores para a responsabilização tecnológica e a desinformação, eles expressam frustração sobre como os financiadores e colaboradores do Norte Global geralmente restringem o conhecimento de baixo para cima e a produção criativa, aprofundam a concorrência inter organizacional e não consideram os riscos legais, éticos e de segurança enfrentados pelos trabalhadores da linha de frente.

Com base em um projeto de intercâmbio de conhecimento da Global Majority, que durou um ano e consistiu em workshops e entrevistas com 106 defensores da responsabilidade tecnológica, jornalistas e pesquisadores representando 13 países e várias organizações não governamentais internacionais, este estudo discute as raízes e as consequências da **“ilusão de inclusão” no espaço da tecnologia e da democracia**. Embora a sociedade civil da Maioria Global tenha implementado uma grande quantidade de intervenções tecnológicas e democráticas nos últimos anos, as qualidades dessas intervenções costumam ser de cima para baixo, priorizando ferramentas e tecnologia, e sazonais, além de estarem desconectadas das necessidades das comunidades minoritárias nesses países.

Este estudo argumenta que a elaboração de uma agenda de programas de justiça tecnológica que realmente centralize a Maioria Global deve começar com a crítica e a reforma de espaços injustos de governança global e prática colaborativa. Este relatório oferece um modelo de estratégia para que defensores, pesquisadores e doadores criem espaços mais justos e capacitadores para a colaboração e programas mais personalizados, ou, em português, feitos sob medida, que possam beneficiar a Maioria Global.

QUADRO 1.

Uma ilusão de inclusão no espaço da tecnologia e da democracia

ESPAÇOS	Centrado no Norte Global: Situação atual	Centrado na maioria global: Reforma de espaços e programas
Relações de poder	De cima para baixo. Estruturas de defesa de direitos e agenda de programas elaboradas no Norte Global para serem implementadas pelos beneficiários da ajuda em todo o mundo.	De baixo para cima. Países da Maioria Global como locais de inovação democrática e produção de conhecimento.
Produção de conhecimento	Fluxos de políticas do Norte Global para a Maioria Global. Pouco espaço para inovações e prioridades da Maioria Global.	Apoio ao intercâmbio de conhecimento da Maioria Global e contrafluxos de ideias e programas da Maioria Global para o Norte Global.
Representação da coalizão	As coalizões que priorizam as ferramentas e a tecnologia reduzem a diversidade programática e o conhecimento cultural local.	Coalizões apoiadas para travar “batalhas em várias frentes” , respondendo a diversas formas de danos digitais e atendendo às necessidades de diversos grupos constituintes, incluindo diferenças de classe, raça, casta, geração e gênero.
Prazo	Financiamento de curto prazo e baseado em projetos que respondem a eventos de crise ou eleições de líderes autoritários.	Apoio de longo prazo para o desenvolvimento de instituições democráticas e capacitação de comunidades de base.

PROGRAMAS

Mitigação da desinformação

A mitigação da desinformação concentrou-se em **derrubadas de conteúdo, eliminação de rumores e verificação de fatos** de desinformação viral.

Igualmente focado na **“desinformação de cima para baixo”** e no trabalho investigativo que expõe a **produção industrial** de desinformação por meio de empresas de desinformação contratadas, marketing de influenciadores e monetização de tecnologia de anúncios.

Responsabilidade técnica

A responsabilidade tecnológica concentrou-se na **garantia de ferramentas padrão** para os parceiros da Big Tech no Norte Global e na Maioria Global.

Uma agenda abrangente inclui:
1) justiça para os trabalhadores da tecnologia e apoio para suas proteções legais, segurança e saúde mental; 2) pesquisa engajada de pequenas plataformas; e 3) política tecnológica estratégica que antecipe os riscos da agenda securitizada/militarizada dos governos.

Alfabetização do eleitor

Programas genéricos de alfabetização de eleitores enfatizam demais a aquisição de habilidades técnicas para discernir conteúdo “falso” de mídia social.

Programas de alfabetização de eleitores direcionados abordam as raízes das queixas sociais e históricas das comunidades. Evita estruturas deterministas de plataforma que falam sobre os “vícios” / “lavagem cerebral” das comunidades dos chamados eleitores pobres vulneráveis ou jovens ingênuos.

CINCO LIÇÕES FUNDAMENTAIS

1

As filantropias do Norte Global contribuíram com mais de US\$ 1 bilhão em mídia, informação e tecnologia para ajudar os países beneficiários entre 2017 e 2021 ([Ordoñez, 2024](#)). Isso sem contar a ajuda externa concedida pelos governos do Norte Global para “promover a tecnologia para a democracia” em todo o mundo. O resultado desse investimento é uma grande quantidade de projetos de cima para baixo, com ferramentas e tecnologia em primeiro lugar, e de curto prazo, que nem sempre apoiam os diversos conjuntos de habilidades, a experiência cultural e as metas de criação de movimentos das organizações da sociedade civil nos países.

2

A Maioria Global é frequentemente representada como uma “distopia digital” na narrativa da mídia global e na defesa dos porta-vozes da responsabilidade tecnológica do Norte Global. Embora esse quadro popular provoque indignação pública e mobilize ações políticas, ele geralmente reforça as desigualdades de voz entre os líderes de campo do Norte Global e os implementadores da Maioria Global de programas padronizados ou autores de estudos de caso. Para os veteranos da sociedade civil da Maioria Global, esse desequilíbrio de poder promove o esgotamento dos ativistas e a desilusão com os programas de tecnologia e democracia como um mero “modismo dos doadores”.

3

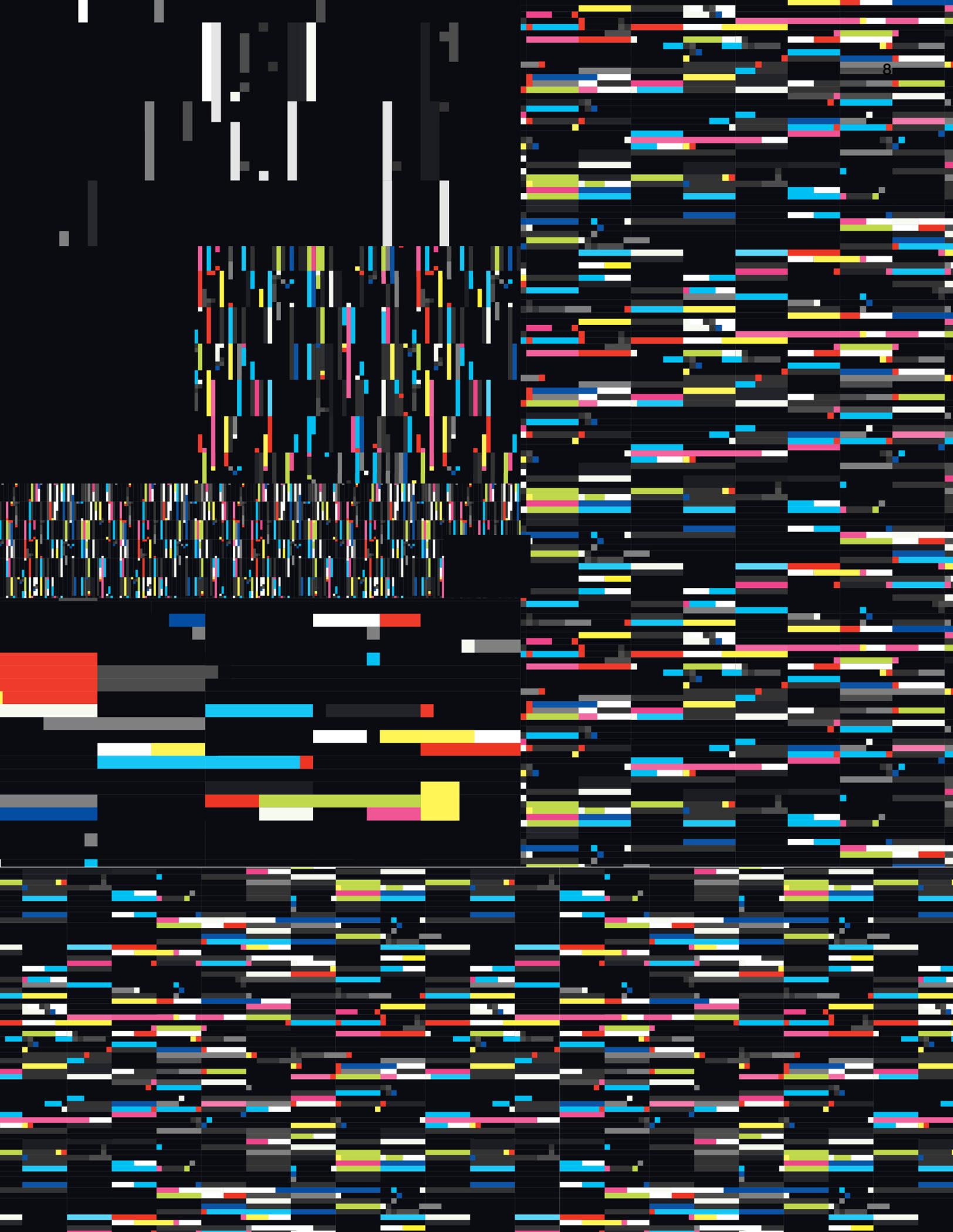
Os líderes da sociedade civil da Maioria Global buscam uma agenda de localização no espaço da tecnologia e da democracia, em que as questões de pesquisa e o projeto de programas possam se tornar mais ascendentes e de longo prazo, e as coalizões possam se tornar mais inclusivas, justas e apoiadoras dos trabalhadores de tecnologia mais jovens e precários da linha de frente das organizações da sociedade civil (OSCs).

4

Os líderes da sociedade civil da Maioria Global relatam vários programas subfinanciados e oportunidades de construção de espaço, como esforços para organizar e proteger os direitos dos trabalhadores da tecnologia, iniciativas de alfabetização de eleitores que facilitam a cura da comunidade e a agência deliberativa, oportunidades de litígio estratégico contra desinformadores locais de alto nível e espaços colaborativos entre pesquisadores e profissionais dentro da Maioria Global e entre o Norte Global e a Maioria Global.

5

Os doadores e colaboradores do Norte Global devem estar cientes de que os modos extrativistas de pesquisa e defesa impõem retrocessos reais às metas das coalizões locais. Os entrevistados identificaram como os programas de tecnologia e democracia “de paraquedas”, que se reúnem apenas para eleições ou eventos de crise, podem atrapalhar as metas de políticas de longo prazo, desviar missões organizacionais, nivelar a diversidade metodológica e até mesmo alienar os públicos e eleitores locais.



Capítulo 1

Introdução: Lições da Troca de Conhecimento da Maioria Global versus Desinformação

Este relatório é o resultado de um projeto de Intercâmbio de Conhecimento da Maioria Global que durou um ano e reuniu pesquisadores, líderes da sociedade civil e financiadores para discutir como poderíamos reimaginar as formas de trabalho e programação no espaço da tecnologia e da democracia. Ao longo de três workshops e mais de duas dúzias de entrevistas com participantes representando 13 países, passamos um tempo considerável discutindo o que não funciona em vez de divulgar novas ferramentas, refletindo sobre pontos de conflito em vez de identificar normas universais e comemorando as conquistas do trabalho de coalizão diante de crises globais e nacionais que se cruzam.

Nosso projeto de intercâmbio de conhecimento adotou a ideia de Maioria Global, pois ela funciona como um “quadro mais fortalecedor” (contra “Sul Global” ou “Terceiro Mundo”) para que as comunidades minoritárias “se definam fora de sua relação com a branquitude” ([Campbell-Stephens, 2020](#)). Afirmamos o valor da construção de solidariedades transnacionais para “encontrar alavancagem” que possa garantir melhor os recursos materiais e as ferramentas de responsabilidade para beneficiar os países da Maioria Global. De fato, embora a Maioria Global seja onde vivem “o próximo bilhão de usuários de tecnologia”, esses usuários continuam sendo mal atendidos por designers e pesquisadores ([Arora, 2019](#)). Mesmo nas ocasiões em que os danos digitais na Maioria Global são invocados em testemunhos de denunciante “esclarecidos”, o objetivo é promover a agenda política do Norte Global e a marca pessoal, em vez de apoiar as defesas locais ([Knorr et. al., 2024](#)).

Nós também fomos inspirados pela estrutura crítica de que a “Maioria Global” é um “iniciador de conversa” para refletir sobre “legados coloniais, opressão e marginalização” compartilhados ([Medrado & Verdegem, 2024, p. 2](#)). Refletimos sobre como o espaço de tecnologia e democracia (como uma “grande tenda” que abriga a responsabilidade tecnológica, a liberdade de mídia, os direitos digitais, os direitos humanos e os programas de desenvolvimento de mídia) criou oportunidades para a solidariedade transnacional e, ao mesmo tempo, reforçou as hierarquias de poder entre o Norte Global e a Maioria Global. De fato, o tema central que emergiu de nossas discussões é o duplo fardo que os trabalhadores da sociedade civil da Maioria Global enfrentam ao terem que responder a uma série desconcertante de ameaças digitais sem fronteiras

e de guerra legal em nível nacional, ao mesmo tempo em que são extremamente carentes de recursos e mal equipados. A Maioria Global está aparentemente armada com ferramentas tecnolegais sem corte que foram projetadas e legitimadas por seus colaboradores do Norte Global e, como resultado, não se adapta às realidades locais.

O argumento central apresentado por este relatório é: **a elaboração de programas de tecnologia e democracia que atendam de forma significativa às necessidades da Maioria Global deve começar com a reforma dos espaços de governança global que, até o momento, só promoveram uma ilusão de inclusão.** Por um lado, os líderes da sociedade civil da Maioria Global receberam bem os programas inovadores e as oportunidades de colaboração apoiados por organizações filantrópicas, governos e até mesmo pelas próprias plataformas de Big Tech sediadas no Norte Global; por outro lado, eles expressaram frustração com o trabalho de coalizão que prioriza as ferramentas e a tecnologia e que dificulta a localização do programa.

Como consequência, os trabalhadores veteranos da sociedade civil da Maioria Global, com um histórico mais longo de trabalho de serviço comunitário fundamentado, tendem a perceber os programas de tecnologia e democracia como uma “moda passageira dos doadores” que não aborda as causas fundamentais do retrocesso democrático. Enquanto isso, os trabalhadores mais jovens da sociedade civil que realizam o trabalho de tecnologia e comunicação na linha de frente de suas organizações tendem a sofrer de esgotamento ativista, pois respondem a conteúdo on-line tóxico enquanto estão empregados em arranjos de trabalho precários baseados em projetos com um conjunto de ferramentas incompatíveis. Este relatório descreve os tipos de espaços justos e inclusivos, bem como os programas personalizados que podem apoiar melhor a sociedade civil da Maioria Global no atendimento das necessidades urgentes de suas comunidades.

Origens de nossa troca de maioria global

Este projeto começou como uma colaboração entre dois países, unindo pesquisadores filipinos e brasileiros para explorar as eleições de 2022 no Brasil e nas Filipinas como

O tema central que emergiu de nossas discussões é o duplo fardo que os trabalhadores da sociedade civil da Maioria Global enfrentam ao terem que responder a uma série desconcertante de ameaças digitais sem fronteiras e de guerra legal em nível nacional, ao mesmo tempo em que são extremamente carentes de recursos e mal equipados.

estudos de caso centrais para o intercâmbio de conhecimento de Sul a Sul ([Ong & Grohmann, 2022](#)). Com base na experiência de nossa equipe de pesquisa, exploramos histórias compartilhadas de ditadura e as recentes presidências de Bolsonaro no Brasil e Duterte e, eventualmente, Marcos Jr. nas Filipinas ([Gonçalves & Lasco, 2023](#)) para explorar temas de nostalgia autoritária e expressões digitais de sentimento populista. Nosso trabalho comparativo destacou diferenças importantes: o sistema judiciário do Brasil é mais poderoso e mais independente que o das Filipinas, e suas coalizões da sociedade civil trabalharam de forma mais ascendente e eram mais diversificadas do ponto de vista programático. Essa análise comparativa granular das ameaças nos ambientes de informação e das respostas da sociedade civil nos dois países é discutida no Apêndice A deste relatório.

Com base nessa comparação, nosso projeto Global Majority Knowledge Exchange envolveu as principais partes interessadas em ambos os países, bem como pesquisadores e líderes da sociedade civil em outros países da Maioria Global e em vários países do Norte Global, por meio de uma série de workshops, entrevistas aprofundadas e atividades de formação de redes entre abril de 2023 e julho de 2024. As perguntas mais amplas com as quais a equipe de pesquisa, os participantes dos workshops e os aliados da rede sempre se envolveram são: Como é, de fato, uma agenda de tecnologia e democracia da e para a Maioria Global? Quais são suas melhores expressões em termos de construção de espaço (ou seja, coalizões internacionais e nacionais e órgãos de governança) e programas (ou seja, intervenções e projetos implementados em níveis transnacionais e nacionais)?

Ao abordar essas questões, nossa equipe se inspirou nas estruturas conceituais e metodológicas dos estudos globais e na virada decolonial dos estudos digitais críticos.

Como é, de fato, uma agenda de tecnologia e democracia da e para a Maioria Global? Quais são suas melhores expressões em termos de construção de espaço e programas?

Nos estudos digitais decoloniais, somos inspirados pelo trabalho de Payal Arora, cuja análise faz com que o Sul Global apareça à força como locais de “insurgências criativas cotidianas” ([Arora, 2019, p. 718](#)) que perturbam as estruturas normativas do Norte Global. Por exemplo, ela se manifestou contra os “profundos interesses políticos” e as ideologias neocoloniais por trás das leis europeias de privacidade de dados, saudadas como um padrão universal que beneficia todos os cidadãos. A estrutura dupla de Sebastian Lehuede ([2024](#)) em sintonia com o extrativismo de dados e conhecimento que aflige os ativistas indígenas de tecnologia na América Latina, é útil para pensar na ética em acordos colaborativos entre pesquisadores e a sociedade civil e entre o Norte Global e a Maioria Global.

Nos estudos de jornalismo, a pesquisa de Thales Leloo (2022a) e Mathias-Felipe de-Lima-Santos (2024) ilustra como o “filantropocapitalismo” da Big Tech tem apoiado financeiramente um escopo restrito de intervenções de curto prazo na Maioria Global. Essa pesquisa sobre a política de financiamento de agências de notícias na Maioria Global, em diálogo com a **literatura mais ampla sobre a sociologia e a antropologia da ajud** (Krause, 2014), levanta uma crítica estrutural de como os doadores poderosos e os produtores de conhecimento no Norte Global continuaram a envolver seus “beneficiários” de maneiras muitas vezes neocoloniais, exploradoras e extrativistas.

Nos estudos de desinformação, fomos inspirados pela agenda dos **estudos críticos de desinformação** que estabelecem compromissos normativos claros com a igualdade e a justiça e envolvem as difíceis questões de poder, identidade e opressão (Marwick et al., 2021). Em termos práticos, isso significa explorar como os defensores se envolvem com propostas para chamar a atenção para a “desinformação de cima para baixo” em vez de serem arrastados por ciclos de pânico morais tecnológicos (Nielsen, 2024) ou deslocar a produção de desinformação e sua circulação para usuários de baixa renda ou os chamados “eleitores burros” (Ong et al., 2022). Também exploramos como os participantes se envolvem com a ideia de que o apelo das narrativas de desinformação é sua ressonância com traumas históricos profundos e diferenças sociais (Asian American Disinformation Table, 2022) e como eles pensam sobre a importância de investir na capacidade de ação política e agência deliberativa dos cidadãos comuns (GloCan, 2024).

Métodos

Esses princípios orientadores e inspirações teóricas informaram a pesquisa comparativa e de inspiração etnográfica de nossa equipe sobre tendências de desinformação, ferramentas de responsabilidade tecnológica, respostas da sociedade civil e estruturas de políticas tecnológicas na Maioria Global, publicadas pela primeira vez no site DigiLabour (Lanuza et al., 2023).

Três workshops funcionaram como discussões de grupos de foco em que os participantes puderam apresentar ideias, compartilhar experiências e discutir e desafiar as pesquisas e análises preliminares da nossa equipe. O primeiro workshop foi realizado em abril de 2023, como um webinar de troca de conhecimento pelo Zoom com 29 jornalistas brasileiros e filipinos e líderes da sociedade civil, discutindo pesquisas comparativas e “lições aprendidas” entre o Brasil e as Filipinas (Lanuza et al., 2023).

Em novembro de 2023, convocamos um segundo workshop com 45 acadêmicos e líderes comunitários na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro para

discutir as principais conclusões dos estudos sobre as eleições brasileiras de 2022 ([Alves et al., 2023](#)), em diálogo com as eleições de 2022 nas Filipinas ([Ong et al., 2022](#)). Esse workshop, realizado em inglês e português, incluiu representantes do governo brasileiro e líderes de coalizões eleitorais que justificaram, em uma discussão franca, respostas legais agressivas à desinformação eleitoral que outros participantes da Maioria Global consideraram controversas (discutidas no Box Text 1 no Capítulo 3.3). Esse evento também reuniu painéis de discussão menores que se concentraram no compartilhamento de ferramentas e dicas práticas para pesquisadores em risco.

Realizamos outro grande workshop em Amherst, Massachusetts, em 19 de abril de 2024, convidando 25 profissionais e pesquisadores para fornecer feedback sobre um rascunho inicial de nosso estudo, bem como sobre os objetivos mais amplos de construção de rede do novo Global Technology for Social Justice Lab (GloTech). Representantes de agências de financiamento públicas e privadas do Norte Global participaram desse evento para conversas francas sobre a política do complexo industrial de ajuda e oportunidades estratégicas para “alavancar” entre países e setores a fim de garantir recursos mais úteis para a Maioria Global.

Após o workshop de abril de 2024 na UMass Amherst, realizamos mais 17 entrevistas aprofundadas com líderes da sociedade civil da Maioria Global e divulgamos uma pesquisa pós-workshop direcionada a entrevistados específicos. Fizemos um acompanhamento com alguns participantes do workshop sobre pontos específicos que eles levantaram nas discussões e localizamos outros entrevistados identificados pelos participantes do workshop como pessoas que poderiam preencher lacunas de dados importantes. Os interesses e experiências anteriores de nossa equipe em pesquisa e defesa da justiça do trabalhador ([Grohmann, 2023](#); [Ong; Combinido, 2018](#)) nos motivaram, em nossa metodologia de entrevista, a consultar líderes da sociedade civil situados em vários níveis de suas hierarquias organizacionais para entender como os espaços e programas de tecnologia e democracia representam vários riscos e oportunidades para aqueles que trabalham nas linhas de frente digitais e para os responsáveis pelas políticas na sede.

TABELA 1.

Distribuição dos participantes por fase do nosso Projeto de Intercâmbio de Conhecimentos da Maioria Global

PARTICIPANTES POR MÉTODO	NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES
Participantes do workshop (webinar sobre intercâmbio de conhecimento em abril de 2023, workshop no Rio de Janeiro em novembro de 2023, workshop em Amherst em abril de 2024)	93
Entrevistados em profundidade (maio a junho de 2024)	17
Respondentes da pesquisa pós-workshop (junho a julho de 2024)	25
Número de participantes (Alguns participantes compareceram a mais de um evento. A contagem de participantes não inclui a equipe de pesquisa)	135 participantes no total 106 participantes únicos

TABELA 2.

Distribuição dos participantes por país

PAÍS	NÚMERO DE PARTICIPANTES ÚNICOS	% DO TOTAL
Filipinas	27	25
Brasil	22	21
Nenhum país representado / membro de ONG internacional	19	18
Estados Unidos da América	15	14
Índia	8	8
África do Sul	4	4
Reino Unido	3	3
Indonésia	2	2
Quênia	1	1
Moldávia	1	1
Myanmar	1	1
Coreia do Sul	1	1
Taiwan	1	1
Tailândia	1	1
Total (13 países e nenhum país representado/membro da IINGO)	106	100%

FIGURA 1.

Distribuição dos países dos participantes em porcentagem

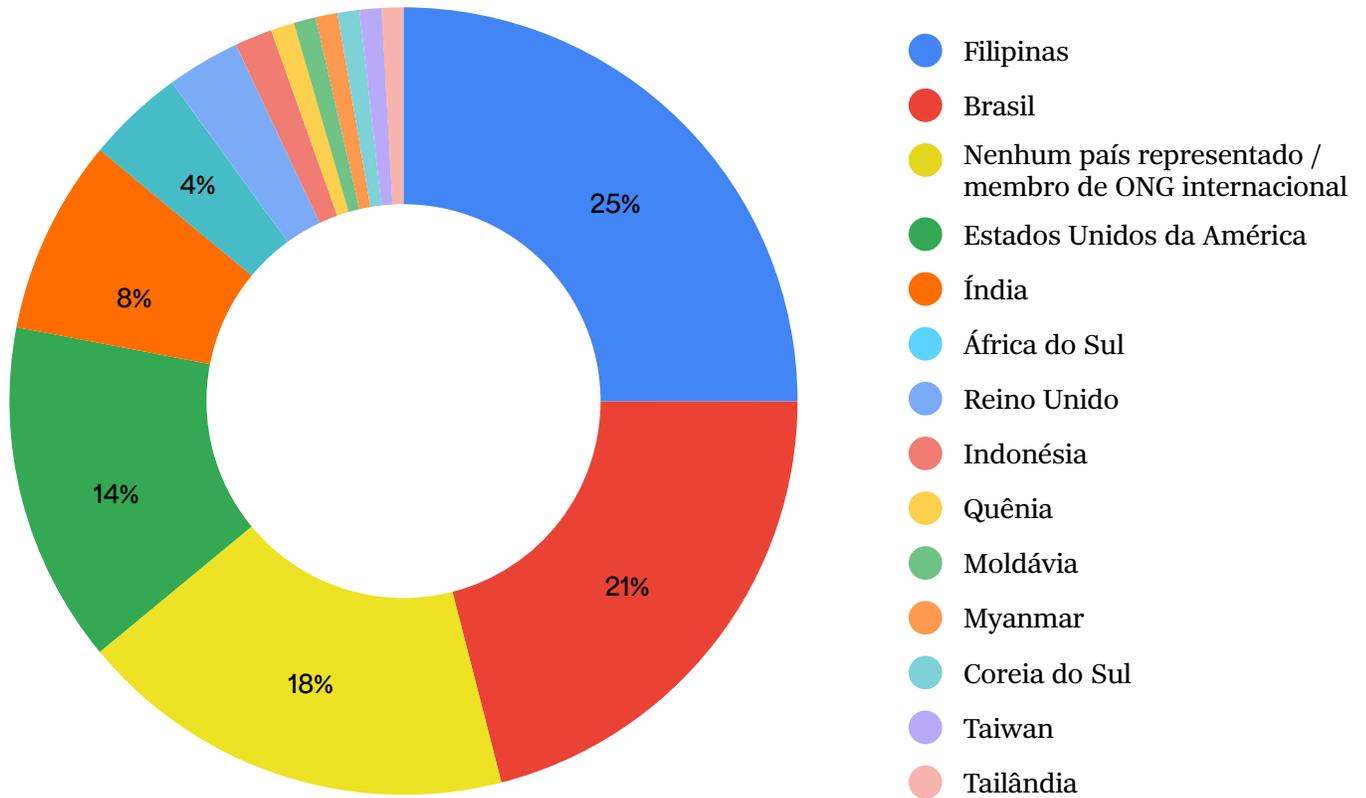


TABELA 3.

Participantes únicos por setor

PARTICIPANTES ÚNICOS POR SETOR	
ONGs (direitos humanos, direitos digitais, democracia, responsabilidade tecnológica)	43
Acadêmico	29
Mídia, jornalismo e verificação de fatos	17
Organizações doadoras (filantropos internacionais, agências governamentais de ajuda)	12
Órgãos governamentais	4
Plataformas	1
Total	106



Capítulo 2

Reformando espaços

O espaço global de tecnologia e democracia adotou o termo “toda a sociedade” ao organizar um grande número de partes interessadas em todos os setores, disciplinas e regiões para combater os distúrbios da informação e “promover a tecnologia para a democracia” no contexto global (por exemplo, [Casa Branca dos Estados Unidos, 2023](#)). Assim, eles argumentaram de forma convincente que os cientistas sociais e bibliotecários têm papéis importantes a desempenhar ([Donovan; Wardle; 2020](#)). As filantropias, as agências governamentais e as próprias plataformas de Big Tech contribuíram com bilhões de dólares para que vários painéis internacionais de especialistas de “toda a sociedade” reunissem evidências sobre vários danos digitais e para que as coalizões da sociedade civil projetassem intervenções.

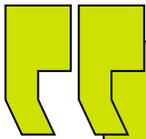
As organizações da sociedade civil da Maioria Global se beneficiaram muito com essa abordagem de “toda a sociedade”, que inclui tanto organizações especializadas em mídia e tecnologia quanto organizações mais generalistas voltadas para os direitos humanos e serviços comunitários. Em alguns países nos quais os financiadores nacionais são muito sensíveis política ou tradicionalmente programáticos para apoiar programas de tecnologia e democracia, as linhas de vida internacionais têm sido essenciais para a sobrevivência e a inovação. Por exemplo, um veterano líder de coalizão de direitos humanos das Filipinas disse: “Tem sido uma luta convencer as organizações tradicionais de direitos humanos a investir em operações digitais. Para aqueles que trabalham com serviços essenciais, a desinformação pode parecer um problema que “não atinge você em cheio”.

Como o cronograma do nosso projeto coincidiu com o planejamento estratégico para “2024 como o ano das eleições globais cruciais”, a maioria dos 107 participantes do intercâmbio de conhecimento eram membros atuais ou antigos de coalizões de integridade eleitoral. A maioria dos participantes ocupava cargos de nível sênior ou intermediário em suas respectivas organizações e trazia consigo um longo histórico de defesa dos direitos humanos, trabalho com políticas, reportagens e experiências de trabalho de desenvolvimento. Nossos participantes de organizações de desenvolvimento mais “tradicionais” ocupavam cargos mais intermediários e juniores, enquanto os “inovadores” internos se concentravam em projetos relacionados à tecnologia e à comunicação.

O restante deste capítulo discute as experiências dos participantes na obtenção de

fundos e no envolvimento com coalizões internacionais e nacionais dedicadas à defesa de políticas e ao planejamento estratégico para “promover a tecnologia e a democracia”. Enquanto isso, o Capítulo 3 captura sua avaliação mais específica dos programas e identifica várias áreas de projetos subfinanciados que eles consideram mais relevantes para a Maioria Global.

2.1 Espaços sobredeterminados pelo financiamento do Norte Global



“O grande dinheiro filantrópico que vai para a sociedade civil está fluindo na mesma direção do dinheiro que sai da Big Tech.”

Jornalista do Quênia,

sobre o financiamento das Big Tech influenciando as prioridades de outros doadores.

As “parcerias” da Big Tech e a assistência de governos do Norte Global e a filantropia são grandes impulsionadores de espaços e programas de tecnologia e democracia na Maioria Global. Em geral, as coalizões da sociedade civil no Brasil e nas Filipinas receberam bem a filantropia estrangeira e os colaboradores internacionais de pesquisa para aprender metodologias e ferramentas inovadoras dedicadas ao monitoramento de fluxos de informações em plataformas de mídia social. No entanto, um tema comum que surgiu em nossos workshops de troca de conhecimento é a incompatibilidade entre as prioridades dos financiadores do Norte Global e as estratégias organizacionais no país. Embora os participantes estivessem atentos para não generalizar os doadores e celebrar as parcerias genuinamente colaborativas, eles descobriram que os espaços e as formas de trabalho de cima para baixo e desiguais da tecnologia e da democracia eram comuns em todas as categorias de financiadores. Independentemente de aceitarem financiamento da Big Tech, de agências filantrópicas privadas ou de agências governamentais do Norte Global, os trabalhadores da sociedade civil da Maioria Global vivenciam os mesmos padrões de prioridades incompatíveis e acordos

Um tema comum que surgiu em nossos workshops de troca de conhecimento é a incompatibilidade entre as prioridades dos financiadores do Norte Global e as estratégias organizacionais no país.

“Filantropocapitalismo” da Big Tech na Maioria Global, particularmente aqueles que promovem o uso de ferramentas específicas, começam fortes, mas são insustentáveis para uso a longo prazo.

de colaboração extrativistas.

Estudos anteriores descobriram que as plataformas de Big Tech são as principais financiadoras de agências de notícias e ONGs tradicionais da Maioria Global, apoiando-as como verificadores de fatos terceirizados que as ajudam no monitoramento de conteúdo ou como beneficiários de financiamento de projetos de alfabetização digital

([Lelo, 2022b](#)). As críticas ao financiamento das organizações de verificação de fatos pelas Big Techs destacaram as maneiras pelas quais seus projetos evitam iniciativas abertamente ativistas e voltadas para a comunidade em favor de um monitoramento de conteúdo mais benigno da desinformação viral e da pesquisa descritiva ([Graves, 2023](#)). Há cada vez mais evidências de que os esforços de “filantropocapitalismo” da Big Tech na Maioria Global, particularmente aqueles que promovem o uso de ferramentas específicas, começam fortes, mas são insustentáveis para uso a longo prazo, pois exigem conhecimento técnico além do conhecimento das redações ([de-Lima-Santos, 2024](#)).

Um participante, Odanga Madung, um jornalista de dados queniano e bolsista da Fundação Mozilla, é mais incisivo em sua crítica aos padrões de financiamento da Big Tech. Em uma entrevista com nossa equipe, ele citou uma análise que realizou ([Madung & Open Source Research & Investigations, 2024](#)), que mostrou que as três intervenções mais comuns anunciadas pelas plataformas antes das eleições são alfabetização digital, verificação de fatos e atualizações da política de moderação de conteúdo. Madung se preocupa com o fato de os compromissos assumidos pela Big Tech terem moldado a resposta de outros doadores. “Acredito que poderia haver uma hipótese para examinar como [o] fluxo de dinheiro filantrópico corresponde ao fluxo de dinheiro que vem das plataformas para a sociedade civil”, disse ele em uma entrevista para este estudo. “O grande dinheiro filantrópico que vai para a sociedade civil está fluindo na mesma direção do dinheiro que sai da Big Tech.” Ele não mediu palavras sobre a seriedade dessa tendência, chamando os compromissos de plataforma de um exercício de relações públicas, não de uma medida de responsabilidade. “A Fundação Gates não financiaria grupos que recebem dinheiro da Big Sugar”, disse ele, “e os grupos climáticos não deveriam receber dinheiro da Big Oil”.

Um ativista indiano que entrevistamos teve uma opinião semelhante. Embora acreditasse que o dinheiro das grandes empresas de tecnologia tivesse financiado um

bom trabalho na Índia, ele “ainda não” concordaria em aceitá-lo porque isso sempre implica aceitar “pelo menos alguma influência”. Eles disseram que, embora existam maneiras melhores e piores de trabalhar com o dinheiro do setor de tecnologia, muitos grupos que fazem isso ficam comprometidos e “se esquivam”.

Os participantes do nosso workshop afirmaram, de modo geral, que as estruturas de financiamento das organizações filantrópicas do Norte Global e das agências governamentais apresentam desafios semelhantes de incompatibilidade com as prioridades locais. Por exemplo, uma análise acadêmica recente ([Blair et al., 2023](#)) financiada pela USAID, analisou 155 estudos envolvendo ensaios de controle aleatórios que mediram a eficácia de intervenções comuns de combate à desinformação; 80% desses estudos se concentraram no Norte Global. Apesar dessas limitações reconhecidas, soubemos por meio de nossos workshops e entrevistas que doadores influentes se basearam nos resultados dessa análise para elaborar suas estratégias de programa na Maioria Global para os próximos anos. É claro que é preciso observar que outras pesquisas ([Ababakirov et al., 2022](#)) sobre e pela Maioria Global existem, mas foram excluídas pelo escopo e pela metodologia restritos da análise. Em pelo menos uma ocasião em que foi apresentada a um financiador sediado nos EUA uma abordagem mais ascendente para a elaboração de programas da Maioria Global, essa proposta foi rejeitada.

Os participantes de nossos workshops criticaram essa definição de agenda de cima para baixo e o fluxo do Norte Global para a Maioria Global na concepção do programa e na estruturação da defesa. De acordo com um de nossos entrevistados do setor de desenvolvimento internacional, o espaço de tecnologia e democracia é particularmente notório por estar “10 anos atrasado” em relação aos compromissos com a agenda de localização do espaço de desenvolvimento internacional. Ele diz que, ao contrário dos setores humanitário e de desenvolvimento, que fizeram grandes avanços na operacionalização do multiparticipativismo e no apoio à liderança local, os programas de fundos de mídia e tecnologia dos governos do Norte Global tendem a ser “muito mais politizados” e “determinados de cima para baixo”. Análises recentes dos prêmios da USAID (uma das principais fontes de financiamento da coalizão de integridade eleitoral da Global Majority) afirmam que a agência está longe de atingir seu objetivo de destinar 25% dos prêmios a organizações locais ([Fine, 2024](#); [Sandefur, 2022](#)).

Não é de se admirar, portanto, que os fóruns de políticas internacionais acabem seguindo o status quo de transpor conceitos e intervenções do Norte para o uso da Maioria Global,

A confiança excessiva em estruturas de conflito transforma os membros das sociedades da Maioria Global em peões em um tabuleiro de xadrez geoestratégico.

tanto quando eles apresentam uma incompatibilidade com as ameaças e prioridades locais quanto quando são extremamente inadequados para o ambiente político.

Um forte exemplo ocorreu em maio de 2023, quando organizações da sociedade civil sediadas no Sudeste Asiático se mobilizaram sob a hashtag #PushbackUNESCO para expressar preocupação com as Diretrizes da UNESCO para a Governança de Plataformas Digitais ([#PushBackUNESCO, 2023](#)). Elas temiam que as diretrizes permitissem que os governos nacionais exercessem mais controle sobre as plataformas de mídia social e não levassem em conta a experiência direta dos ativistas com a censura e as “leis contra notícias falsas” ([Lim & Bradshaw, 2023](#)). As organizações redigiram uma carta aberta afirmando que as diretrizes da Unesco justificariam o excesso de regulamentação nacional, dariam poder a reguladores não liberais e não protegeriam ativistas e dissidentes de direitos humanos. A Unesco, então, negou ter recebido qualquer reação e retratou as diretrizes como produto de um consenso global de várias partes interessadas, o que um participante de um de nossos workshops descreveu como falso.

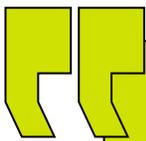
O que é mais preocupante é que os participantes do workshop alertam para a agenda de militarização que está explícita ou ocultamente embutida no apoio à ajuda externa dos governos do Norte Global sob a égide da tecnologia e da democracia.

Por exemplo, com o aumento das tensões geopolíticas na Europa e entre os aliados dos Estados Unidos e a China, as coalizões de tecnologia e democracia são cada vez mais cooptadas para uma agenda de militarização e securitização dedicada a caçar a “influência estrangeira” de agentes chineses e russos em ambientes de informação locais. Uma jornalista filipina de uma agência internacional de notícias expressou preocupação com o fato de que os acadêmicos e financiadores ocidentais sempre a incentivam a investigar contas falsas chinesas. A acadêmica brasileira Nina Santos ([2024](#)) criticou recentemente esses esforços para garantir a “integridade das informações” como “uma guerra que não lida com nossos problemas... Se eu estivesse fazendo uma lista de prioridades, isso provavelmente estaria em 73º lugar na minha lista”. O excesso de confiança nessas estruturas de conflito tem consequências. Por um lado, ela desvia recursos e atenção de desafios de desinformação interna mais urgentes nos países da Maioria Global. Também pode levar a resultados problemáticos para a liberdade de expressão, como as “leis de notícias falsas” citadas acima ou a lei dos EUA que tenta banir o TikTok ([Allyn, 2024](#)) que também está vendo suas próprias expressões copiadas nos países da Maioria Global ([Saballa, 2024](#)).

Na pior das hipóteses, a confiança excessiva em estruturas de conflito transforma os membros das sociedades da Maioria Global em peões em um tabuleiro de xadrez geoestratégico. As revelações de que os Estados Unidos realizaram uma operação de influência antivacina nas Filipinas ([Bing & Schectman, 2024](#)), na esperança de amortecer a “diplomacia da vacina” de Pequim, mostram como os líderes militares

dos EUA consideravam descartáveis as vidas filipinas no âmbito de uma competição mais ampla com a China. Surpreendentemente, a falta de indignação pública e de investigações de pesquisa de acompanhamento – tanto no Norte Global quanto nos países-alvo da Maioria Global – sugerem que há efeitos inibidores significativos em jogo. De fato, é difícil para os pesquisadores e funcionários dos territórios aliados dos Estados Unidos denunciar a “hipocrisia” dos Estados Unidos no espaço da tecnologia e da democracia quando se está historicamente posicionado como “obrigado a ser grato” ([Ong & Combinido, 2015](#)) por sua ajuda financeira.

2.2: Coalizões com ferramentas em primeiro lugar



“É mais difícil encontrar financiamento para campanhas de construção de confiança nas bases. Os financiadores estão obcecados por ferramentas que sejam escalonáveis. Não é sexy fazer diálogos comunitários.”

Defensor dos direitos humanos nas Filipinas

Seguir o dinheiro dos doadores força as organizações da sociedade civil com poucos recursos a se reinventarem e a reinventarem suas estratégias. Isso prejudica a eficácia geral da sociedade civil, e está claro que os líderes da sociedade civil da Maioria Global estão muito frustrados com o que alguns descreveram como a “mentalidade focada em ferramentas e tecnologia” dos financiadores, que enfatizam um conjunto restrito e predeterminado de resultados, como bancos de dados e desmascaramentos. Alguns chamam o processo de “extrativista”, pois força as OSCs locais a entregar vários dados, como bancos de dados de postos de desinformação locais no país, para seus colaboradores do Norte Global. Os participantes não sabem ao certo como seus colaboradores poderiam entender seus dados e como eles seriam usados para a formulação de políticas ou o desenvolvimento de ferramentas.

A ênfase na padronização de ferramentas e estratégias que devem ser compartilhadas entre as organizações de uma coalizão tendem a nivelar a diversidade metodológica das organizações locais. Por exemplo, no Brasil, um veterano do espaço de políticas tecnológicas com raízes profundas em lobby de políticas ficou chocado com o fato de os financiadores estarem incentivando-os a fazer campanhas de mudança de narrativa. Um defensor das Filipinas também expressou frustração, dizendo: “É mais difícil encontrar financiamento para diálogos de construção de confiança na base. Os financiadores são obcecados por ferramentas que possam ser escalonadas. Não é

sexy fazer diálogos comunitários.”

A padronização de ferramentas e o compartilhamento de dados em grandes coalizões, às vezes, criam conflitos desnecessários entre organizações que há muito tempo aprenderam a coexistir com suas sutis diferenças ideológicas e conhecimentos metodológicos. Nas Filipinas, uma coalizão de integridade eleitoral apoiada por financiamento estrangeiro teve dificuldades para criar uma política “universal” de compartilhamento de dados, pois cada organização justificou, compreensivelmente, suas próprias políticas de compartilhamento de dados e privacidade. Na verdade, a ênfase em “ferramentas universais” muitas vezes ignora o contexto local e as sutis divisões políticas; a tendência de empurrar as organizações para uma única abordagem reduz sua capacidade de inovar e de usar seus pontos fortes e, não raro, acaba as colocando mais diretamente umas contra as outras.

Os doadores também desempenham um papel na definição dos detalhes mais granulares dos programas implementados pelas coalizões da sociedade civil. O campo da verificação de fatos talvez seja o melhor exemplo de como as “abordagens que priorizam as ferramentas e a tecnologia” podem substituir as estratégias lideradas localmente. Ele, por exemplo, cresceu de forma explosiva na última década: de acordo com o Duke Reporters Lab ([Ryan, 2024](#)), o número de verificadores de fatos em todo o mundo aumentou de pelo menos 186 em 2016, que Duke chama de “o ano em que a votação do Brexit e a eleição presidencial dos EUA elevaram as preocupações globais sobre a disseminação de informações imprecisas”, para 434 verificadores de fatos ativos atualmente. A maior parte do crescimento da verificação de fatos ocorreu nos países da Maioria Global.

Essa expansão é evidente tanto no Brasil quanto nas Filipinas, especialmente no período que antecede as eleições. No Brasil, investimentos formais comprometidos com a verificação de fatos de declarações de políticos e rumores da internet estão em vigor desde 2014. No entanto, veículos dedicados à verificação de fatos, como o Aos Fatos, surgiram mais recentemente ([Lelo, 2022b](#)).

Nas Filipinas, a Tsek.Ph, a primeira coalizão formal de verificação de fatos que cobre as eleições, surgiu em 2019 ([Chua & Soriano, 2020](#)). Uma segunda coalizão de verificação de fatos, #FactsFirstPH, surgiu nas eleições de 2022, reunindo 120 grupos sob seu guarda-chuva, com o apoio de um subsídio da Google News Initiative ([Fallorina et al., 2023](#)).

Esse crescimento foi impulsionado por estratégias de doadores que criaram incentivos de financiamento para que líderes comunitários novos e estabelecidos direcionassem seus programas para a tecnologia e a democracia. Isso se aplica a todas as disciplinas e áreas de especialização: por exemplo, a organização nascente Akademiya at Bayan Kontra Disimpormasyon (ABKD, lit. “Academics and Nation Against Disinformation”) mobilizou historiadores acadêmicos em projetos de verificação de fatos. E o grupo

de defesa legal estabelecido Legal Network for Truthful Elections (LENTE), que era principalmente um cão de guarda legal, diversificou suas operações para incluir a produção de produtos de conhecimento de alfabetização de mídia apoiados pelo Meta e pela Comissão Filipina de Eleições. As opiniões dos participantes são variadas sobre o “desvio de missão” e o redirecionamento de mandatos organizacionais para produzir o mesmo gênero de resultados: por um lado, o financiamento incentiva as organizações tradicionalistas a lidar com as novas ameaças impostas pela mídia digital. Por outro lado, alguns acham que isso é uma perda de tempo e energia. Como disse um professor de mídia indiano: “Todos nós acabamos fazendo a mesma coisa com retornos decrescentes”.

Alguns de nossos participantes também compartilharam que foram solicitados pelos financiadores a usar ferramentas ou softwares que “distraem ou não ajudam” em seu trabalho. Eles mencionaram que as ferramentas fornecidas pelos financiadores, às vezes, são muito difíceis de usar e, às vezes, não fica claro como os dados locais seriam usados para aprendizado de máquina ou ambições empresariais de seus colaboradores.

Os desafios no relacionamento entre doador e beneficiário contribuem para o esgotamento dos funcionários. Os participantes deste estudo lamentaram a elaboração de recomendações que não são atendidas e a contribuição para bancos de dados que eles sabem que não beneficiam suas comunidades. Como disse um de nossos entrevistados: “Por que precisamos aprender outro banco de dados se, quando o projeto termina, todos voltamos para o Microsoft Excel?”

2.3 Programação orientada para o ciclo eleitoral de curto prazo versus sustentabilidade de longo prazo

Nas entrevistas para este estudo, um refrão comum foi o fato de que muitos doadores se concentram em programas de curto prazo durante os ciclos eleitorais, e poucos oferecem subsídios e apoio operacional de longo prazo. A falta de um apoio consistente, contínuo e sustentável entre os ciclos eleitorais também custa às coalizões um impulso precioso: com muita frequência, o trabalho é interrompido e as parcerias terminam nas semanas após uma eleição, para serem reiniciadas no próximo ciclo. Nesse meio tempo, a dinâmica da desinformação muda inevitavelmente e as organizações da sociedade civil são privadas de oportunidades de aprendizado e adaptação mútuos. Em resumo, os ciclos de financiamento baseados em eleições deixam as organizações em uma corrida permanente e reativa.

Embora os participantes tenham concordado que não se pode pintar todos os doadores com o mesmo pincel, eles disseram que o financiamento entre ciclos é mais escasso que o financiamento durante o ciclo e que grande parte de seu trabalho é baseado

em projetos – uma dinâmica que lhes deixa pouco espaço (Goodwin & Jackson, 2022) para o crescimento sustentável ou planejamento estratégico. Um participante de uma entrevista nas Filipinas disse que os financiadores deveriam financiar “de forma estratégica e corajosa”, com maior apoio institucional “para que esses atores ainda existam... sua existência já é uma resistência. Às vezes, eles só precisam manter as luzes acesas. Reduzir a burocracia, pois isso prejudica o trabalho”. Outro participante do Brasil disse que, embora as eleições sejam importantes, “há muitas coisas que continuarão independentemente de quem for [eleito] na liderança”.

É interessante notar que tanto os participantes filipinos quanto os brasileiros compartilham a percepção de que a filantropia e a ajuda externa dos EUA se tornaram escassas após as eleições de 2022, que instalaram novos presidentes mais diretamente alinhados com a política externa dos EUA. Conforme compartilhado por um pesquisador brasileiro: “É um arranjo bizarro que agora precisamos desistir de alguns projetos e demitir funcionários após um resultado ‘bem-sucedido’ nas eleições.”

Embora as coalizões brasileiras e filipinas descritas acima incluíssem diferentes tipos de organizações da sociedade civil, os dois países refletem abordagens opostas ao trabalho de coalizão. As coalizões brasileiras utilizaram uma ampla gama de métodos para abordar os grupos constituintes, enquanto nas Filipinas as coalizões reuniram profissionais de diferentes áreas sob a égide comum de desmascaramento e verificação de fatos.

O espaço brasileiro de tecnologia e democracia se inspirou nas coalizões de justiça climática, que transpuseram sua liderança e experiência em questões regionais e globais para relações de trabalho colaborativas em projetos de tecnologia e democracia. As coalizões do Brasil eram diversas, heterogêneas e incluíam organizações setoriais; as coalizões usavam diferentes ferramentas para atingir públicos mais amplos e encontraram maneiras de identificar lacunas em seus programas. Por exemplo, os grupos ambientais brasileiros Greenpeace e World Wildlife Fund investiram em estratégias de contranarrativa para combater a desinformação sobre o clima. Algumas coalizões ou membros de coalizões se concentraram em atividades como lobby e campanhas para ferramentas e regulamentações de transparência, enquanto outras se concentraram no monitoramento de mídias sociais e na publicação de contranarrativas. Organizações como Aos Fatos desenvolveram inovações, como um chatbot de informações chamado [Fátima](#), enquanto a Sleeping Giants Brasil (inspirada em uma organização norte-americana chamada Sleeping Giants) organizou campanhas de

Os workshops organizados por colaboradores estrangeiros geralmente expõem os participantes a riscos políticos e legais, especialmente em países com divisões históricas de religião e etnia.

desmonetização visando a desinformantes de alto nível. Centros de pesquisa como o NetLab da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Digital Humanities Lab da Universidade Federal da Bahia também contribuíram com pesquisas que informaram diretamente as estratégias de movimentos sociais e instituições como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ([Alves et al., 2023](#)).

Em comparação, as coalizões filipinas enfatizaram uma “frente unida” homogênea, apesar da diversidade de seus membros. As duas principais coalizões de checagem de fatos do país, Tsek.Ph e #FactsFirstPH, concentravam-se estritamente no monitoramento de falsidades virais, na captura de influenciadores notórios e na documentação do revisionismo histórico ([Fallorina et al., 2023](#)). De acordo com um pesquisador, as coalizões enquadraram a desinformação como o problema central e o desmascaramento como a principal solução; como resultado, os possíveis parceiros focados em conjuntos de soluções, como capacitação cívica ou despolarização, podem ter sentido que tinham pouco a contribuir.

Houve exceções: por exemplo, o Movement Against Disinformation (Movimento contra a Desinformação) liderou o litígio estratégico, montando processos sem precedentes contra influenciadores e ministros do governo que propagaram conspirações sobre determinados ativistas ([Casilao, 2023](#)). Outro exemplo é um “podcast de denunciantes de desinformação” original que recontava histórias dos bastidores de economias ilícitas ([Ong & Ventura, 2022–2023](#)); foi um dos melhores nas paradas de sucesso no período que antecedeu e imediatamente após as eleições. Mas, de modo geral, a resposta das Filipinas foi desequilibrada em relação à verificação de fatos e contrastou com as coalizões brasileiras que trabalharam em diversas áreas de programação.

Os membros das coalizões filipinas ajudaram uns aos outros. Por exemplo, verificadores de fatos veteranos apoiaram organizações jovens como a ABKD, integrando seu trabalho às redes estabelecidas, proporcionando aos grupos nascentes maior acesso a parceiros e públicos. Mas a homogeneização das abordagens organizacionais também gerou preocupações sobre a concorrência entre organizações que eram nominalmente aliadas.

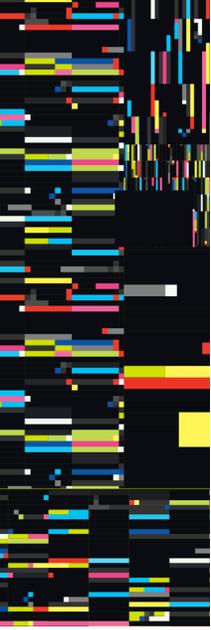
2.4 Extrativismo, parcerias que caem de paraquedas e outros desafios nas parcerias internacionais

O extrativismo do conhecimento em colaborações internacionais também é uma preocupação persistente para os líderes da sociedade civil da Maioria Global. Uma das participantes do nosso workshop, que liderou uma coalizão eleitoral em Mianmar, lamentou a prática de pesquisadores que caem de paraquedas com grandes quantias de financiamento estrangeiro em busca de estudos de caso durante as eleições. Sua pior experiência foi a de um pesquisador estrangeiro que roubou o membro de sua

própria equipe, que estava implementando intervenções de desinformação, para ajudar em um projeto de pesquisa cujos leitores pretendidos eram os formuladores de políticas europeus. **O pesquisador exclamou: “Nós não somos o seu maldito estudo de caso!”**

Essa “caça furtiva” pode levar a maior cooptação quando é feita sistematicamente por outros setores com interesses particulares, como o governo ou empresas de tecnologia. Os entrevistados disseram que isso se tornou uma preocupação comum no Brasil, em que as plataformas contrataram muitos atores da sociedade civil para se afastarem de seu trabalho durante as eleições de 2022 – forçando os ativistas a confrontarem seus ex-colegas ao tentarem responsabilizar as plataformas.

Os pesquisadores da Maioria Global podem se colocar em grande risco ao se envolverem com colaboradores estrangeiros que não têm conhecimento das sensibilidades políticas e culturais. Um dos participantes de nosso workshop contou sua experiência com um representante de uma plataforma de Big Tech que conduziu grupos de foco com ativistas locais e prometeu apoio financeiro aos participantes. Para o nosso entrevistado, os workshops organizados por colaboradores estrangeiros geralmente expõem os participantes a riscos políticos e legais, especialmente em países com divisões históricas de religião e etnia. Frustrantemente, o representante da plataforma prosseguiu e conduziu as discussões mesmo assim.



Capítulo 3

Programas “personalizados” para a Maioria Global

Uma das questões que motivaram este estudo foi como as coalizões da sociedade civil na Maioria Global podem vir a ser vistas não como receptoras de ajuda, mas como defensoras experientes, inovadoras e empreendedoras com lições a oferecer umas às outras e ao mundo. As narrativas da mídia global sobre tecnologia na Maioria Global geralmente perpetuam narrativas de desempoderamento da distopia digital que centralizam as soluções de responsabilidade tecnológica propostas pelos defensores do Norte Global. Os participantes de nossos workshops compartilharam muitos exemplos em que suas próprias narrativas diferenciadas sobre as realidades locais e os esforços locais de organização da comunidade são ignorados nas narrativas da mídia do Norte Global e nas defesas da responsabilidade tecnológica.

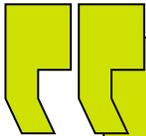
Um ativista disse que o Brasil tem um “cenário florescente e iniciativas focadas na análise crítica de operações de influência que vão além da abordagem tradicional ‘baseada em fatos’ dominante no movimento global de verificação de fatos”. Um trabalhador filipino de direitos humanos mencionou “a participação orgânica de diferentes artistas (por exemplo, cartunistas, influenciadores, atores de teatro), apesar de não serem diretamente apoiados por financiadores”.

Quando solicitados a nos contar sobre as “vitórias” da sociedade civil em seus países, os participantes citaram a pressão legal sobre as plataformas para que levem a desinformação mais a sério, os diálogos comunitários e a organização local de comunidades específicas e o confronto direto com os “vendedores ambulantes” de desinformação. Em uma entrevista, um ativista indiano explicou que ex-jornalistas de rádio e TV obtiveram sucesso combatendo as narrativas do governo no YouTube, um refúgio de último recurso depois que grande parte da mídia tradicional foi capturada pelo partido no poder. O alcance da comunidade e os diálogos deliberativos também foram vistos como uma maneira essencial de se envolver com grupos locais e públicos minoritários para investigar as raízes históricas das narrativas de desinformação divisivas.

O sucesso pouco divulgado de tais esforços demonstra a necessidade de melhor cobertura da mídia global e a necessidade de abordagens programáticas e formas de trabalho que sejam “personalizadas” para os contextos da Maioria Global. Nenhuma

solução ou kit de ferramentas será apropriado em todos os países, mas, ao promover a discussão e o intercâmbio, é possível identificar tendências e produzir diretrizes para estratégias mais personalizadas e conscientes do contexto, desenvolvidas para e pelas sociedades onde elas se desenvolvem.

3.1 Buscando alavancagem para a responsabilidade da plataforma



“Eu não diria que estamos copiando e colando, mas somos muito reativos. Poderíamos estar desafiando alguns dos conceitos populares e propondo nossos próprios conceitos.”

Nina Santos, pesquisadora brasileira,
sobre os reguladores locais que dependem dos fluxos de políticas do Norte Global.

A maioria dos entrevistados da Maioria Global busca desenvolver pesquisas e programas que possam responsabilizar as plataformas de mídia social por sua negligência em relação aos países da Maioria Global. O tema aqui é “alavancagem”; os ativistas da sociedade civil querem documentar melhor os danos digitais na Maioria Global e comunicar suas histórias de forma a incentivar a responsabilidade corporativa.

Um meio comum de buscar essa alavancagem é auditar as ferramentas e os compromissos políticos das plataformas de mídia social, especialmente durante eventos importantes como as eleições. Isso envolve comparações entre o Norte Global e a Maioria Global; considere o relatório citado anteriormente pelo pesquisador queniano Odanga Madung, que comparou o número de compromissos assumidos pelas plataformas do Norte Global e da Maioria Global em áreas como iniciativas de desmascaramento, esforços para impulsionar informações confiáveis, programas de alfabetização digital e melhorias na moderação de conteúdo.

Essa contagem dos recursos e compromissos que as empresas alocam para o Norte Global mostra o quanto as empresas de mídia social, comparativamente, não priorizam a maioria dos usuários de internet do mundo. No entanto, ela também atende às plataformas em seus próprios termos, responsabilizando-as apenas pelas ferramentas e intervenções que estão dispostas a fornecer. A ironia aqui é que muitas dessas intervenções promovidas pelas plataformas têm pouco a ver com a abordagem de como as plataformas funcionam ou podem ser responsabilizadas. Além disso, muitas vezes as plataformas usadas predominantemente na Maioria Global são ignoradas, como o Viber nas Filipinas ([Lam, 2023](#)) e o ShareChat e o Chingari na Índia ([Arora, 2024](#)).

Muitas dessas intervenções promovidas pelas plataformas têm pouco a ver com a abordagem de como as plataformas funcionam ou podem ser responsabilizadas.

Certamente, os movimentos de solidariedade transnacional entre os pesquisadores da Maioria Global e entre os aliados da Maioria Global e do Norte Global são fundamentais para a construção de influência. A proposta de reunir pesquisadores de todos os países da Ásia Central e do Sudeste Asiático, que foram alvos da campanha de desinformação do Pentágono durante a Covid-19, é outro exemplo de criação de movimentos internacionais para garantir a influência e a responsabilização pelos danos digitais em todas as regiões ([Ong, 2024](#)).

3.2 Responsabilidade tecnológica sem determinismo de plataforma

Os participantes do workshop muitas vezes alertaram para o fato de as iniciativas de responsabilização das plataformas caírem no determinismo das plataformas: a ideia de que as plataformas são as únicas responsáveis pelos males sociais e por várias surpresas eleitorais realizadas por líderes políticos populistas e, principalmente, que elas fazem uma “lavagem cerebral” nos eleitores não sofisticados (consulte também [Caplan et al., 2020](#)). Os pesquisadores da Maioria Global são particularmente sensíveis à necessidade de contextualizar os efeitos nocivos das novas tecnologias dentro de histórias mais longas de conflitos políticos e experiências traumáticas de exclusão social de comunidades minoritárias que a tecnologia pode ter exacerbado, mas não causado. Deixar de considerar as clivagens baseadas em identidade deixa de lado as causas históricas da divisão social.

Os participantes com experiência em serviços comunitários expressaram que a defesa da responsabilidade tecnológica com enquadramentos deterministas de plataforma e centrados na tecnologia soa “surda” e pode alienar os cidadãos comuns. Outros mencionaram que os públicos se sentem “excluídos” pelas intervenções convencionais que se baseiam no fato de o Facebook “arruinar a democracia”; esses públicos incluem tanto apoiadores populistas quanto comunidades minoritárias. No Brasil, alguns entrevistados e respondentes da pesquisa enfatizaram a necessidade de um foco maior nas questões raciais. Nas Filipinas, a necessidade de expandir para partes do país além da região metropolitana de Manila foi um tema recorrente. Eles também observaram a existência de “desertos de notícias” e vazios de informações para as pessoas que vivem em regiões fora dos centros metropolitanos, que exigem respostas direcionadas e capacitação local de longo prazo.

Outra preocupação em relação aos programas de desmascaramento e alfabetização é que eles são inspirados ou reforçam os tropos do “eleitor burro” (por exemplo, *bobotante* nas Filipinas, literalmente “eleitor burro”): a crença de que populistas iliberais chegam ao poder nas costas de pessoas de baixa renda ingênuas e com lavagem cerebral nas mídias sociais. Em vez de tratar os públicos como cidadãos a serem engajados, essa estratégia os trata como inferiores a serem educados.

Muitos de nossos participantes compartilharam a perspectiva de que as intervenções de combate à desinformação dependem com muita frequência desse quadro. **Esse dispositivo explicativo enganoso da Big Tech todo-poderosa que controla “eleitores burros” perpetua sentimentos contra os pobres e afasta o público de notícias e os públicos-alvo das campanhas de alfabetização de eleitores.**

O gênero também foi citado como uma questão importante e negligenciada nas intervenções brasileiras e filipinas sobre tecnologia e democracia. Muitos participantes observaram a maior frequência de assédio e violência on-line direcionados a jornalistas, políticos e ativistas do sexo feminino.

3.3 Regulamentação localizada

Apesar das preocupações expressas pela #PushBackUNESCO discutidas no Capítulo 2, os pedidos de reforma regulatória na Maioria Global são fortes. Infelizmente, as conversas sobre a responsabilidade da plataforma na Maioria Global geralmente são lideradas pelo Norte Global. Os líderes da sociedade civil da Maioria Global se ressentem de serem tratados como um estudo de caso que apenas afirma “balas mágicas” regulatórias lideradas por Washington, DC ou Europa. Nina Santos, uma pesquisadora brasileira, lamentou que os formuladores de políticas brasileiros parecessem seguir as sugestões da Europa e de outros lugares em vez de tentar liderar a discussão, o que o Brasil poderia e – como uma das populações mais on-line do mundo – deveria fazer. “Eu não diria que estamos copiando e colando”, explicou ela, “mas somos muito reativos. Poderíamos estar desafiando alguns dos conceitos populares e propondo nossos próprios conceitos.”

Infelizmente, os defensores do Norte Global muitas vezes não conseguem envolver seus pares em outros lugares. Considere os escândalos gerados pela divulgação dos “Arquivos do Facebook”, por Frances Haugen ([Wall Street Journal, 2021](#)): embora muitos dos arquivos dissessem respeito à Maioria Global, os pesquisadores e jornalistas de

Esse dispositivo explicativo enganoso da Big Tech todo-poderosa que controla “eleitores burros” perpetua sentimentos contra os pobres.

lá foram, em grande parte deixados de fora da campanha organizada da mídia que se seguiu às suas revelações. A verdadeira solidariedade com a sociedade civil da Maioria Global exige que os aliados do Norte Global desestabilizem as posições tradicionais de salvador e beneficiário ou de mundo desenvolvido e em desenvolvimento e defendam a liderança da Maioria Global em coalizões internacionais.

A verdadeira solidariedade com a sociedade civil da Maioria Global exige que os aliados do Norte Global desestabilizem as posições tradicionais de salvador e beneficiário ou de mundo desenvolvido.

BOX 1.

Avaliações divergentes do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil

No Brasil, as coalizões e organizações empregaram um menu diversificado de táticas de pressão devido à alavancagem e à legitimidade jurídica proporcionadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O TSE foi um “tribunal ativista” durante o período eleitoral, forçando as plataformas a cederem às exigências dos órgãos de fiscalização da sociedade civil para responsabilizar os políticos por incitarem o ódio e a desinformação. Por exemplo, as coalizões brasileiras nas eleições de 2022 comemoraram o mandato do TSE de retirar do ar qualquer conteúdo on-line que divulgasse a narrativa de fraude eleitoral em 2018. Outras organizações, como a Sleeping Giants Brazil, também se beneficiaram do apoio institucional e puderam realizar campanhas que desmonetizaram as redes de operações de influência. De fato, o TSE teve um papel vital na redução da desinformação eleitoral em 2022 ([Rubio & Monteiro, 2023](#)).

Coalizões como a Sala de Articulação contra a Desinformação (SAD), a Democracia em Jogo (DX) e a Coalizão Direitos na Rede também moldaram ativamente as investigações de responsabilidade da plataforma, publicando resumos de políticas que delineavam medidas concretas para garantir a integridade das eleições ([Alves et al., 2023](#)).

O TSE é um exemplo útil de aprendizado compartilhado entre os países da Maioria Global. Países como a África do Sul ([SA News, 2023](#)) estão buscando replicar o sucesso do Brasil, adaptando a abordagem à sua própria situação. No entanto, os participantes do workshop reconheceram que essa abordagem depende de uma instituição judicial forte que exerça a contenção adequada. Dessa forma, ela não é adequada para todos os contextos da Maioria Global, por mais atraente que seja o sucesso do Brasil. Para algumas coalizões eleitorais, a parceria com um aliado institucional que possa impor intervenções contra plataformas e políticos é algo a ser almejado. Para outras, as instituições devem ser engajadas com cautela: sua realidade é que tais instituições provavelmente não terão restrições e serão abusivas.

Essa realidade pode mudar com o tempo. Na Índia, por exemplo, os ativistas tinham receio de envolver a Comissão Eleitoral porque ela havia sido cooptada pelo Poder Executivo do governo. Mas quando o cenário legislativo mudou após a última eleição, os participantes da entrevista se tornaram mais abertos à ideia. A Comissão é um aliado especialmente tentador porque já tem poder de jure para regular a publicidade política digital, um setor indiano enorme e em crescimento.

Falando sobre a EET do Brasil, um jornalista indiano compartilhou de forma ameaçadora: “Daqui a cinco anos, não sei se o Brasil estará comemorando isso como uma história de sucesso. Eles deveriam aprender conosco [na Índia]”.

3.4 Como lidar com a economia política da desinformação

Nossa pesquisa constatou que a Maioria Global está interessada em investir em mais pesquisas investigativas e intervenções que exponham a desinformação como um setor. Os participantes do nosso workshop defenderam estratégias que abordem diretamente os aspectos trabalhistas e lucrativos desse setor.

Os participantes demonstraram forte apoio ao combate à desinformação como uma questão econômica, expondo o papel da receita de publicidade (por exemplo, [Rio, 2024](#)). Durante as eleições brasileiras de 2022, [Sleeping Giants Brazil](#) trabalhou para retirar o financiamento de sites que produzem e disseminam desinformação, apelando para que as empresas não colocassem anúncios nesses sites. De acordo com uma análise externa ([Ribeiro et al., 2022](#)), mais de 80% das solicitações às empresas foram bem-sucedidas (embora o envolvimento do público com esses sites tenha permanecido consistente). Pesquisadores na Índia e nas Filipinas expressaram interesse em replicar o modelo da Sleeping Giants e aprender com outros defensores de alto nível, como a Check My Ads nos EUA.

Na Índia, os ativistas enviaram às empresas de mídia social anúncios que violavam as políticas de discurso de ódio das plataformas e monitoraram como os vendedores de desinformação monetizavam suas contas ([Gilmore, 2024](#)). Quando as empresas aprovaram os anúncios de qualquer forma, os ativistas conseguiram chamar a atenção internacional ([Elliott & Gilbert, 2024](#)) para a questão. Em uma entrevista, os ativistas disseram que a cobertura da mídia internacional focada na cumplicidade da mídia social com a monetização do ódio e da desinformação por parte de maus atores é uma alavanca importante que produz mudanças reais. A estratégia deles mostrou vitórias leves, como a retirada de conteúdo, mas ainda não levou à desmonetização total de alguns dos atores mais notórios, embora as revelações públicas tenham abalado um deles o suficiente para que ele lançasse um serviço de assinatura paga em resposta ([Sharma, 2024](#)).

3.5 Poder e justiça dos trabalhadores



“...a ênfase restrita em desmascarar falsidades tira as energias do trabalho investigativo profundo necessário para expor tanto as empresas de “desinformação por encomenda” quanto os indivíduos responsáveis por produzi-las...”

Um líder da sociedade civil de Mianmar

Nossas entrevistas e pesquisas também revelaram apoio a um foco mais aguçado na exploração de uma estrutura de direitos trabalhistas e justiça no espaço da tecnologia e da democracia. Por um lado, os participantes estavam especialmente ansiosos para expor as empresas locais e transnacionais de “desinformação por encomenda” que habitam as áreas “cinzentas” dos setores de marketing digital e consultoria política (Grohmann & Ong, 2024). Por outro lado, os participantes da entrevista também concordaram com a ideia de que a exploração corporativa dos trabalhadores da área de tecnologia é uma questão central que aflige os setores digitais em geral. Os movimentos de justiça do trabalhador que podem apoiar as vítimas dos arranjos de trabalho “race-to-the-bottom” na economia de plataforma são vistos como uma estratégia essencial de longo prazo.

Em uma entrevista, um líder da sociedade civil de Mianmar argumentou que a ênfase restrita em desmascarar falsidades tira as energias do trabalho investigativo profundo necessário para expor tanto as empresas de “desinformação por encomenda” quanto os indivíduos responsáveis por produzi-las em primeiro lugar. Ela enfatizou que as investigações de longo prazo são mais difíceis de serem executadas, enquanto os desmascaramentos podem, inadvertidamente, aumentar as métricas de engajamento de contas on-line motivadas por incentivos financeiros, em vez de políticos. Certamente, a pesquisa e as intervenções criativas de dois dos coautores deste relatório apontam para a importância de expor as “cumplicidades comerciais e políticas” entre os trabalhadores da desinformação por encomenda e os políticos que se beneficiam deles (Grohmann & Ong, 2024). O gênero de desmascaramento também costuma ignorar o fracasso das salvaguardas regulatórias do setor e as questões mais amplas de precariedade econômica e exploração de mão de obra, todas interconectadas com o problema da produção de desinformação.

Os participantes do workshop estavam esperançosos com relação aos movimentos de justiça dos trabalhadores que apoiam os sindicatos e capacitam os trabalhadores digitais a denunciar empresas ilícitas ou até mesmo as próprias grandes empresas de tecnologia. A recente ação judicial (Reuters, 2023) entre ex-moderadores de conteúdo e a Meta no Quênia abre a questão de se o poder do trabalhador deve ou não ser um quadro mais amplamente utilizado. Em uma entrevista, um participante com experiência anterior de trabalho para um importante financiador disse que o quadro de poder do trabalhador não tem sido realmente usado. Esse quadro pode merecer mais exploração na Maioria Global como meio de documentar a exploração da mão de obra da Maioria Global pelas empresas globais de tecnologia.

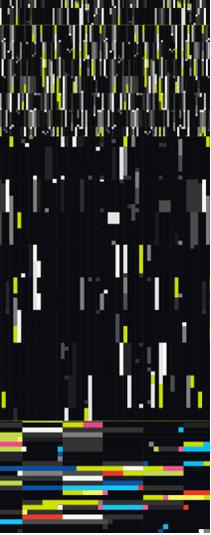
O jornalista e pesquisador queniano Odanga Madung advertiu que isso pode exigir uma mudança de longo prazo na forma como as sociedades pensam sobre os direitos dos trabalhadores digitais. Ao escrever sobre essas questões, ele disse que recebeu “uma enxurrada de insultos [...] porque as pessoas diziam: quem é você para tentar expulsar os empregos deste país? As pessoas precisam desses empregos!”

Ele comparou o tipo de construção de poder necessário ao movimento de direitos trabalhistas mais “maduro” dos países ocidentais.

3.6 Litígio estratégico como uma opção programática onde existem poucas alavancas regulatórias

Em alguns países, os órgãos reguladores e os legisladores não são suficientemente confiáveis ou dignos de confiança para que a sociedade civil busque a mudança de políticas governamentais como estratégia. Às vezes, porém, o Judiciário mantém independência suficiente para que a sociedade civil defenda sua causa. Nesses contextos, o litígio estratégico é uma opção – e outra estratégia alternativa endossada por vários participantes em diferentes contextos nacionais.

Isso pode envolver litígio estratégico contra plataformas, como o processo movido por moderadores de conteúdo do Quênia quando o Facebook os demitiu violando seu contrato. Mas também pode significar litígio contra funcionários que espalham desinformação. A advogada filipina Grace Salonga, do Movement Against Disinformation, nos disse em uma entrevista que eles usam códigos de conduta oficiais e outras regras para mover ações por difamação contra indivíduos que difamam e assediam jornalistas e ativistas; eles também fornecem apoio jurídico a jornalistas que são processados por difamação. Salonga informou que essa estratégia nem sempre é popular, dadas as preocupações comuns com a liberdade de expressão em relação à lei de difamação, e que eles só a adotam quando o cliente se sente confortável. Mas em um país com poucos caminhos para a defesa de políticas e onde os jornalistas são assediados on-line com uma regularidade surpreendente, Salonga vê o litígio como uma solução de curto prazo.



Capítulo 4

Recomendações

As instituições do Norte Global continuam a moldar o conhecimento das operações de desinformação e a selecionar as contramedidas que consideram mais eficazes. Em vez de pesquisar as evidências do Norte Global para projetar intervenções na Maioria Global (por exemplo, [Blair et al., 2023](#)), os participantes da Maioria Global buscam maneiras justas e de baixo para cima de trabalhar no espaço da tecnologia e da democracia, aplicando estratégias personalizadas / feitas sob medida que consideram importantes e sensíveis ao contexto. Eles centralizam as experiências dos ativistas nos países da Maioria Global e são especialmente inclusivos em relação aos grupos minoritários.

As recomendações abaixo formam um modelo geral para desafiar a ilusão de inclusão no espaço da tecnologia e da democracia. Argumentamos que espaços justos e inclusivos de governança e colaboração ajudam a facilitar a criação de programas mais direcionados e relevantes.

4.1 Espaços justos e inclusivos

As coalizões da Maioria Global geralmente suportam o grande peso das divisões setoriais, da repressão política e do conflito entre gerações ao longo das nuances de classe, casta, raça, geração, gênero e sexualidade. No entanto, as coalizões devem encontrar maneiras de celebrar as diferenças e trabalhar com as divergências.

Ao se alinharem com a defesa compartilhada e complementarem os mandatos organizacionais, as coalizões podem estar mais bem preparadas para absorver e atenuar os riscos como um coletivo, ao mesmo tempo em que comemoram as vitórias de comunidades específicas.

RECOMENDAÇÃO 1:

Leve a localização a um novo patamar, ajudando as organizações da sociedade civil a gerenciar os riscos e a desenvolver a capacidade.

Muitos líderes da sociedade civil são trabalhadores precários. Eles se cansam e, se não receberem apoio adequado, acabam se esgotando. Seu trabalho também

pode ser arriscado – do ponto de vista legal, psicológico e físico. Os financiadores devem reconhecer essa realidade e apoiar os parceiros locais da sociedade civil de forma adequada, inclusive com suporte de despesas gerais, apoio à saúde mental e mitigação de riscos, e tratando-os como teóricos, projetistas e inovadores, em vez de subcontratados ou implementadores.

RECOMENDAÇÃO 2:

Os pesquisadores da Global Majority e a sociedade civil devem ser apoiados de forma consistente com programas de tecnologia e democracia dentro e fora dos ciclos eleitorais.

Os programas durante os ciclos eleitorais podem enfatizar estratégias de mitigação e narrativa contra operações de influência, enquanto os programas fora dos ciclos eleitorais podem se concentrar na construção de redes de confiança e em programas de cura em nível comunitário. Isso garante presença e operações constantes para as coalizões, o que, por sua vez, promove a confiabilidade e a legitimidade entre os públicos comunitários das operações de influência.

RECOMENDAÇÃO 3:

Os financiadores do Norte Global e os especialistas em políticas devem estar atentos aos resultados inadvertidos dos programas de pesquisa “paraquedas”, experimentos e esforços de mitigação de desinformação de última hora, especialmente durante a época das eleições.

Tanto as plataformas quanto as organizações filantrópicas internacionais devem tomar cuidado especial para realizar avaliações de impacto, implementar protocolos de ética, reduzir a distância de poder entre elas e os colaboradores locais e seguir um dever de cuidado ao se envolver com colaboradores locais. Ouvir é um componente central dessa responsabilidade. As percepções dos colaboradores que podem informar abordagens personalizadas e sensíveis ao contexto devem ter prioridade sobre os resultados quantificáveis e as métricas destinadas a inspirar abordagens que sejam replicáveis e escalonáveis.

RECOMENDAÇÃO 4:

As coalizões da sociedade civil devem celebrar as contribuições exclusivas e os diversos grupos de interesse de seus membros, e não os forçar a se moldar.

Os conjuntos de habilidades e as conexões existentes das organizações da sociedade

civil com diversos grupos constituintes devem ser aproveitados e celebrados, em vez de serem adaptados a estruturas metodológicas estreitas. Os financiadores devem permitir que as coalizões explorem caminhos alternativos definidos localmente em direção à responsabilidade tecnológica e, ao mesmo tempo, dar aos líderes da Global Majority margem de manobra para dedicar energia ao trabalho de base que beneficia diretamente as comunidades que abordam questões importantes em termos de classe, raça, casta, gênero, sexualidade, geração e geografia.

RECOMENDAÇÃO 5:

Os atores da sociedade civil e os pesquisadores devem criar confiança e encontrar oportunidades mutuamente benéficas para projetar intervenções em conjunto.

Os espaços de tecnologia e democracia na Maioria Global devem incorporar prontamente pesquisadores e organizadores da sociedade civil na prática uns dos outros para possibilitar intervenções verdadeiramente colaborativas e a polinização cruzada de ideias. Isso significa ir além de consultas pontuais ou extrativistas e incentivar intercâmbios mutuamente benéficos.

4.2 Programas direcionados e relevantes

As organizações da Maioria Global muitas vezes se contorcem para se encaixar em caixas programáticas organizadas criadas pelas agendas políticas do Norte Global. Isso força atores diversos e criativos a implementar soluções inadequadas das quais, às vezes, acabam se ressentindo. A curadoria de programas é uma ciência e uma arte. O espaço da tecnologia e da democracia se beneficiaria de uma agenda de responsabilidade tecnológica mais abrangente que pudesse incluir o trabalho de bibliotecários, artistas, dramaturgos, antropólogos e tradutores no desenvolvimento de programas direcionados e relevantes.

RECOMENDAÇÃO 1:

Aliar-se ao Norte Global significa defender os programas de pesquisa e os projetos criativos dos colaboradores da Maioria Global.

Os acadêmicos do Norte Global, os meios de comunicação e as organizações da sociedade civil devem ampliar a criatividade das organizações e dos pesquisadores da Maioria Global. Em vez de impor estruturas de financiamento e agenda de programas aos colaboradores da Maioria Global, os aliados devem encomendar pesquisas independentes que reconheçam os ecossistemas de informações locais, bem como o cenário regulatório mais amplo e as capacidades da sociedade civil. O Norte Global

deve evitar a imposição de estruturas de conflito que desviem ou cooptem missões e mandatos existentes para atender às agendas geopolíticas do Norte Global.

RECOMENDAÇÃO 2:

A verificação de fatos e a alfabetização midiática são o começo, mas não o fim.

Precisamos de campanhas de desmonetização que visem a desinformadores de alto nível e setores cúmplices na produção de desinformação. Precisamos de pesquisas investigativas que analisem os gastos de campanha e sigam os rastros do dinheiro. Precisamos de iniciativas de cura, como guias de conversação em nível familiar e comunitário e socialização política, e programas de despolarização, como minipúblicos deliberativos. Precisamos de bibliotecários, contadores de histórias, tradutores para fazer a curadoria de pesquisas acadêmicas e jornalistas para investigar diversos gêneros apropriados para o público-alvo.

RECOMENDAÇÃO 3:

Os portfólios de programas devem ter um bom equilíbrio entre intervenções focadas no curto e no longo prazo.

As intervenções de curto prazo são aquelas que podem ter como alvo os desinformantes em um momento de pico de crise e obrigar as plataformas a lidar com danos digitais urgentes, como litígio estratégico. As intervenções de longo prazo dedicadas à capacitação dos cidadãos, à alfabetização dos eleitores e às iniciativas de transparência são importantes dentro e fora dos ciclos eleitorais. As coalizões não podem se concentrar apenas em uma ou outra.

RECOMENDAÇÃO 4:

Os programas devem abordar de frente a questão de raça, gênero, classe e outras divisões sociais e hierarquias de poder.

Essas desigualdades e clivagens são as linhas de falha visadas pela desinformação, e as intervenções que não adotam uma abordagem intersetorial correm o risco de perder os principais motivadores das narrativas de desinformação, as populações vulneráveis que merecem maior atenção e as possíveis respostas à divisão política e ao iliberalismo.

RECOMENDAÇÃO 5:

Programs should tackle race, gender, class, and other social divides and power hierarchies head on.

Such inequities and cleavages are the fault lines targeted by disinformation, and interventions that fail to take an intersectional approach risk missing key drivers of disinformation narratives, vulnerable populations who deserve greater attention, and potential responses to political division and illiberalism.

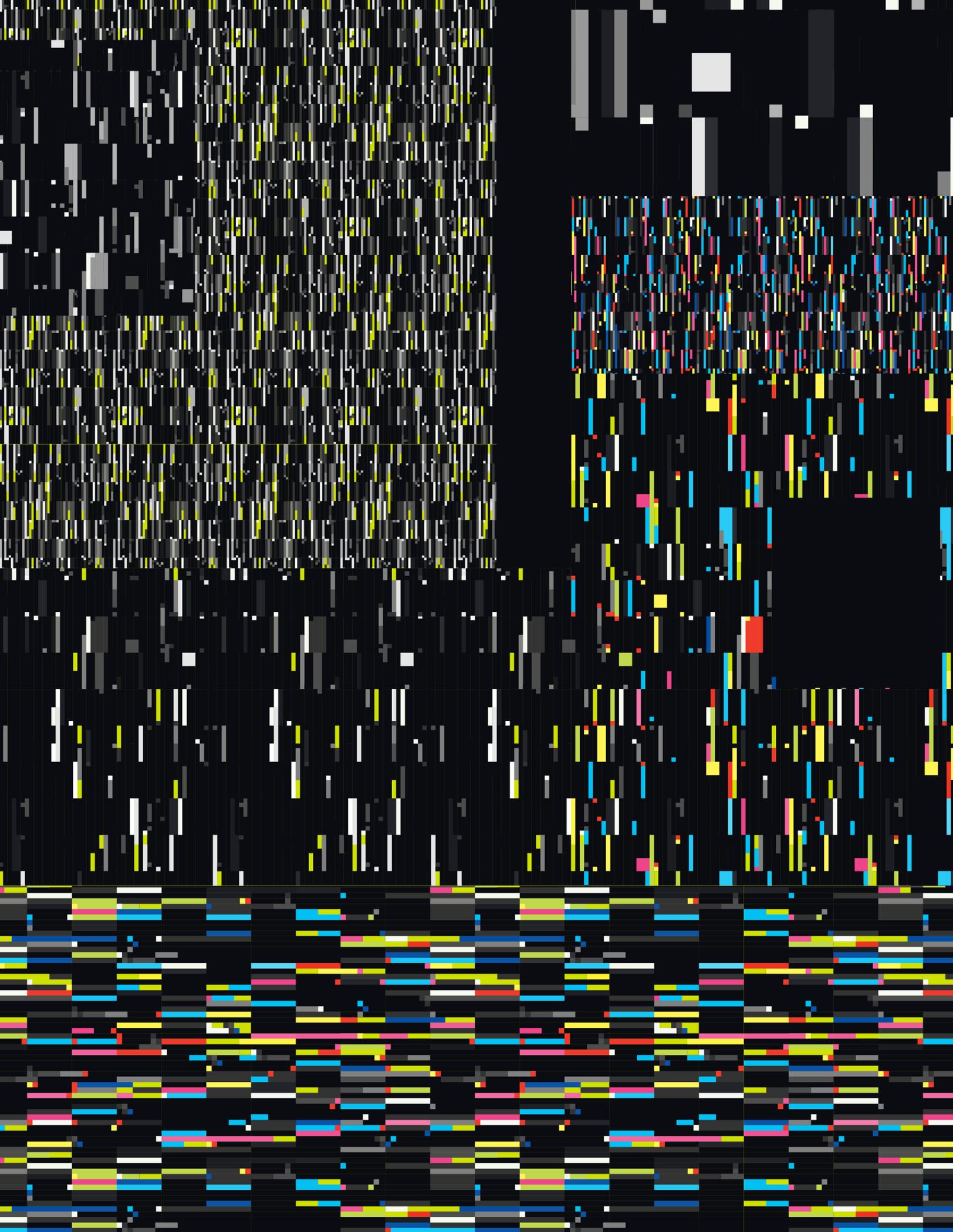
4.3 Recomendações relevantes para o contexto do país

Aplicando as recomendações a contextos nacionais específicos, oferecemos este modelo de estratégia que apresenta questões importantes que as partes interessadas podem ter em mente ao determinar as prioridades em nível nacional.

RECOMENDAÇÕES RELEVANTES PARA O CONTEXTO DO PAÍS	
Se o contexto do país:	... Considere:
Possui instituições fortes e independentes	Desenvolvimento de parcerias estratégicas com instituições oficiais como “aceleradores” para o trabalho das OSCs, por exemplo, a coalizão com o TSE no Brasil.
Tem instituições que são capturadas ou fracas	Exploração de estratégias alternativas, como litígio estratégico, intervenções com foco na comunidade local e desmonetização de veículos de desinformação.
Tem um setor de mídia saudável e independente	Parceria com veículos de mídia para desafiar narrativas não liberais e promover o trabalho da sociedade civil para responsabilizar os fornecedores de desinformação.
Tem um setor de mídia que é capturado	Apoiar comentaristas e veículos que priorizam o digital e que podem construir um público por meio da mídia social.
Tem uma sociedade civil robusta, diversificada e colaborativa	Criar coalizões que permitam que os membros compartilhem conhecimento, cocriem estratégias e aproveitem os pontos fortes uns dos outros.

Tem uma sociedade civil fragmentada ou dividida	Investir em projetos com componentes explícitos de construção de confiança.
Falta de confiança entre pesquisadores e profissionais	Desenvolver programas especificamente projetados para criar confiança mútua por meio da colaboração, em vez de extrativismo.

Esperamos que este relatório inspire o leitor a continuar o trabalho árduo de impulsionar o espaço da tecnologia e da democracia em direção a acordos justos e capacitadores que possam apoiar novos rostos corajosos na criação de soluções ousadas e relevantes. O modelo de estratégia que fornecemos é um ponto de partida, não o destino deste trabalho.



Apêndice: Respostas e recomendações para operações de influência na maioria global

Abordagens tecnológicas, regulatórias e jurídicas

FERRAMENTA	Brasil	Filipinas
<p>Defesa de tecnologia</p>	<p>O debate sobre políticas tecnológicas é informado por relatórios e defesa de coalizões de dezenas de organizações da sociedade civil, incluindo a <i>Disinformation Articulation Room</i> e a <i>Coalition Rights on the Network</i>.</p> <p>A regulamentação tecnológica está sujeita a debates entre a esquerda e a direita sobre censura, bem como a relações públicas ativas contra a regulamentação e o lobby das empresas de tecnologia.</p>	<p>As OSCs relatam a exaustão de denunciar conteúdo às plataformas sem resposta. Campanhas mais estratégicas para a regulamentação da tecnologia são ofuscadas por discursos convencionais que superestimam a culpa das plataformas. Os tecnopânicos nas plataformas de mídia social ainda são abundantes.</p>
<p>Instituições estatais</p>	<p>O <i>Superior Electoral Court (TSE)</i> desempenhou um papel central ao exigir que as plataformas removessem os boatos eleitorais. As principais plataformas assinaram o Programa de Combate à Desinformação do TSE, que incluía compromissos de remover e rebaixar a desinformação e esforços para fornecer capacitação e treinamento para a equipe da plataforma sobre os procedimentos eleitorais brasileiros.</p>	<p>Os atores do governo filipino são autores de operações de influência. O Estado não é um ator confiável a quem se possa confiar o poder regulatório sobre a praça pública digital. As legislações sobre notícias falsas, por exemplo, prejudicam mais os ativistas e jornalistas do que responsabilizam aqueles que estão por trás das operações de influência. O oportunismo jurídico é uma preocupação fundamental sempre que se discutem regulamentações.</p>

Apesar disso, “as respostas das plataformas digitais à desinformação eleitoral generalizada foram consideradas atrasadas e ineficazes”. Em 8 de janeiro, as lacunas nas políticas permitiram que conteúdos perigosos contribuíssem para os distúrbios.

A autoridade do TSE não tem sido incontroversa, mesmo entre os defensores focados em operações de influência. Suas ações durante e após a eleição levantaram preocupações sobre se o Estado tem ou não poder excessivo para regular a liberdade de expressão e como evitar a concessão de poder excessivo, mesmo que sua função atual seja permitida.

Litígio estratégico

A *Democracy at Stake* buscou um litígio estratégico contra “violência política e ameaças domésticas”.

O *Movement Against Disinformation (Movimento contra a desinformação)* oferece defesa legal a jornalistas e move ações judiciais contra funcionários do governo que intencionalmente disseminam falsidades.

Recomendações

- Tenha cuidado ao envolver o Estado em esforços para moderar os espaços on-line. A dinâmica da política local deve orientar essas decisões. Um tamanho único não serve para todos.
- Apoiar intervenções necessárias, como litígio estratégico, para tornar o trabalho das OSCs mais sustentável, seguro e impactante em contextos não liberais.
- Concentre-se mais nas lacunas da política da plataforma e menos no conteúdo.

Esforços da Coalizão da Sociedade Civil para corrigir, educar e comunicar

FERRAMENTA	Brasil	Filipinas
<p>Verificação de fatos</p>	<p>A <i>Coalition for Checking</i>, uma rede de nove verificadores de fatos, trabalhou com o TSE para identificar e responder aos boatos eleitorais.</p> <p>Em fevereiro de 2024, o Brasil tinha cinco organizações listadas como signatárias (atuais, em renovação ou expiradas) da International Fact-Checking Network – Estadão Verifica, Lupa, UOL Confere, Aos Fatos e Agência Pública – Truco.</p>	<p>As coalizões de OSCs nas Filipinas concentraram-se muito na verificação de fatos. Os esforços foram amplamente divididos em duas coalizões principais: <i>Tsek.ph</i> e <i>#FactsFirstPH</i>.</p> <p>Em fevereiro de 2024, as Filipinas tinham cinco organizações listadas como signatárias (atuais, em renovação ou expiradas) da International Fact-Checking Network – MindaNews, PressOne. PH, Probe, Rappler e Verafiles Inc.</p>
<p>Alfabetização midiática</p>	<p>A alfabetização midiática era um componente do <i>Programa Nacional contra a Desinformação</i>.</p>	<p>Os esforços de OSCs internacionais e nacionais para melhorar a alfabetização midiática continuaram durante as eleições de 2022, mas os profissionais acham que é necessário adaptá-los melhor aos contextos locais fora de Manila, pois os hábitos de consumo de mídia diferem em todo o país.</p>
<p>Coalizões amplas e inclusivas</p>	<p>Amplas coalizões, inclusive com influenciadores on-line e mídia tradicional, expandiram o alcance dos esforços das OSCs.</p> <p>Foram incluídas OSCs focadas em pessoas LGBTQIA+, pessoas de cor, povos indígenas e meio ambiente.</p>	<p>O foco mais restrito na verificação de fatos impediu que as coalizões tivessem a amplitude de alcance que as contrapartes brasileiras alcançaram ao incluir OSCs focadas em questões.</p>

A ***Democracy at Stake*** apoiou o registro nacional de eleitores e o ativismo anti-Bolsonaro por meio de parcerias com influenciadores on-line.

O ***Desinformante*** atuou como um meio de comunicação que cobria operações de influência e como uma OSC que ajudava a coordenar a resposta estratégica com seus pares.

Alguns atores combateram “fogo com fogo”, espalhando histórias falsas sobre Bolsonaro.

Alguns projetos de OSCs incluem mesas-redondas para compartilhar informações e evitar a duplicação de esforços, embora as entrevistas indiquem que são menores e menos amplas ou inclusivas do que as contrapartes brasileiras.

Recommendations

- Incentivar coalizões diversas que possam atingir públicos diferentes e apoiar umas às outras com diferentes conjuntos de habilidades.
- Criar coalizões por meio de abordagens democráticas e de baixo para cima.
- Incentive e apoie fóruns dedicados para o compartilhamento de informações e elaboração de estratégias, desvinculados dos resultados do projeto.
- Incentivar as OSCs a expandir os projetos para outras regiões geográficas, com o apoio de pesquisas sobre as necessidades e características exclusivas das comunidades dessas regiões.
- Fornecer financiamento consistente entre os ciclos eleitorais para incentivar a cooperação contínua. Desenvolva coalizões de baixo para cima para que os membros sintam que as regras e os processos são justos, transparentes e criados por meio de consenso.
- Evite “combater fogo com fogo”, ou seja, envolver-se em operações de influência para combater operações de influência, ou “bater de frente” com segmentos do público que “caem” em tais operações. Em vez disso, concentre-se na responsabilidade da elite.

Produção de conhecimento e pluralismo

FERRAMENTA	Brasil	Filipinas
<p>Estudos Acadêmicos</p>	<p>A <i>Sala de Articulação de Desinformação</i> ofereceu espaço para os membros da coalizão discutirem e estudarem o ambiente digital.</p> <p>A <i>Democracy in Check</i> trabalhou com o TSE, reunindo acadêmicos, ativistas e defensores para estudar a mídia digital.</p>	<p>Há uma lacuna entre a pesquisa e a prática, com as organizações da sociedade civil incapazes de aproveitar os insights acadêmicos para informar seu trabalho.</p> <p>As principais coalizões <i>Tsek.ph</i> e <i>#FactsFirstPH</i> envolveram acadêmicos de história, jornalismo, direito e outras disciplinas, mas, em última análise, essas coalizões se basearam mais na produção de verificações de fatos.</p> <p>Acadêmicos publicaram de forma independente relatórios públicos sobre o estado da desinformação nas Filipinas, financiados por organizações internacionais e filantrópicas.</p>
<p>Investigações</p>	<p>O <i>Programa Nacional contra a Desinformação</i> incluiu esforços de monitoramento da mídia.</p>	<p>O Rappler e outros meios de comunicação informam amplamente sobre operações de influência, e as Filipinas são um exemplo do setor de “desinformação para aluguel” e dos esforços para expô-lo.</p>

Recomendações

- Create a center for study of influence operations in the Global Majority world, or a series of regional centers.
- Promote iterative projects which unite research and practice as a loop, bringing academics and practitioners into constant contact.
- Promote accountability and understanding of influence operations in the Global Majority by supporting investigations into the economic drivers of “disinformation for hire.”

Referências

#PushBackUNESCO. *#PushBackUNESCO* [Public statement]. 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1i7O64s2RP1QUK2D464ElZctJf0KcyTRpDeD8pS38E4Y/edit> Acesso em: 6 nov. 2024.

ABABAKIROV, A.; ASHOUR, A.; BANDARANAYAKE, R.; DE SILVA, R.; DIOUF, D. et al. Meeting the challenges of information disorder in the Global South. *IDRC Digital Library*, 2022. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/items/5aad1667-cf56-44bf-b85f-8695cb5f11dd> Acesso em: 6 nov. 2024.

ALLYN, B. U.S. bans TikTok unless it is sold. *NPR*. 2024. Disponível em: <https://www.npr.org/2024/04/24/1246663779/biden-ban-tiktok-us> Acesso em: 6 nov. 2024.

ALVES, M.; GROHMANN, R.; RECUERO, R.; TAVARES, C. Disinformation and 2022 elections in Brazil: lessons learned from South-to-South context [Public report]. *INCT em Disputas e Soberanias Informacionais*. 2023. Disponível em: <https://inctdsi.uff.br/wp-content/uploads/sites/699/2023/11/Disinformation-and-2022-Elections-in-Brazil.pdf> Acesso em: 6 nov. 2024.

ARORA, P. General data protection regulation – a global standard? Privacy futures, digital activism, and surveillance cultures in the Global South. *Surveillance & Society*, v. 17, n. 5, p. 717-725, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24908/ss.v17i5.13307> Acesso em: 00 mês ano.

ARORA, P. (How niche content creation, remixing, and marginalised creators are changing online viral trends. *Scroll.in*, 2024. Disponível em: <https://scroll.in/article/1072553/how-niche-content-creation-remixing-and-marginalised-creators-are-changing-online-viral-trends> Acesso em: 6 nov. 2024.

ASIAN AMERICAN DISINFORMATION TABLE. *Disinformation is more than just lies, it's about power*. 2022. Disponível em: <https://www.asianamdisinfo.org> Acesso em: 6 nov. 2024.

BING, C.; SCHECTMAN, J. Pentagon ran secret anti-vax campaign to incite fear of China vaccines. *Reuters*, 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/investigates/special-report/usa-covid-propaganda/> Acesso em: 6 nov. 2024.

BLAIR, R. A.; GOTTLIEB, J.; NYHAN, B.; PALER, L.; ARGOTE, P.; STANFIELD, C. J. Interventions to counter misinformation: lessons from the Global North and applications to the Global South. *USAID*, 2023. Disponível em: https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA0215JW.pdf Acesso em: 6 nov. 2024.

CAMPBELL-STEPHENS, R. *Global Majority: decolonising the language and reframing the conversation about race.* Leeds Beckett University, 2020.

CASILAO, J. L. Atom Araullo files P2-M damage suit vs. Badoy, Celiz. *GMA Network*, 2023. Disponível em: <https://www.gmanetwork.com/news/topstories/nation/881766/atom-araullo-files-p2-m-damage-suit-vs-badoy-celiz/story/> Acesso em: 6 nov. 2024.

CAPLAN, R.; CLARK, M.; PARTIN, W. Against platform determinism: a critical orientation. *Medium*, 2020. Disponível em: <https://medium.com/datasociety-points/against-platform-determinism-899acdf88a3d> Acesso em: 6 nov. 2024.

CHUA, Y. T.; SORIANO, J. C. Electoral disinformation: looking through the lens of Tsek.ph fact checks. *Plaridel*, v. 17, n. 1, p. 285-295, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.52518/2020.17.1-10chusrn> Acesso em: 6 nov. 2024.

DE-LIMA-SANTOS, M.-F. Big tech is painting itself as journalism's saviour. We should tread carefully. *The Conversation*, 2024. Disponível em: <https://theconversation.com/big-tech-is-painting-itself-as-journalisms-saviour-we-should-tread-carefully-236692> Acesso em: 6 nov. 2024.

DONOVAN, J.; WARDLE, C. Misinformation is everybody's problem now. *SSRC Items: Insights from the Social Sciences*, 2020. Disponível em: <https://items.ssrc.org/covid-19-and-the-social-sciences/mediated-crisis/misinformation-is-everybodys-problem-now/> Acesso em: 6 nov. 2024.

ELLIOTT, V.; GILBERT, D. A far-right Indian news site posts racist conspiracies. US tech companies keep platforming it. *Wired*, 2024. Disponível em: <https://www.wired.com/story/india-opindia-google-facebook-advertising/> Acesso em: 6 nov. 2024.

FALLORINA, R.; LANUZA, J. M. H.; FELIX, J. G.; SANCHEZ, F.; ONG, J. C.; CURATO, N. From Disinformation to influence operations: the evolution of disinformation in three electoral cycles in the Philippines [Public report]. *Internews*, 2023. <https://internews.org/resource/from-disinformation-to-influence-operations-the-evolution-of-disinformation-in-three-electoral-cycles/> Acesso em: 6 nov. 2024.

FINE, P. USAID can't go it alone on localization. *Brookings Institution*, 2024. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/usaid-cant-go-it-alone-on-localization/> Acesso em: 6 nov. 2024.

GILMORE, R. Google is helping to fund one of India's worst disinformation outlets – during elections. *Check My Ads*, 2024. Disponível em: <https://checkmyads.org/google-opindia-india-elections-disinformation/> Acesso em: 6 nov. 2024.

GLOCAN. *Global Citizens' Assembly Network*. 2024. Disponível em: <https://glocan.org> Acesso em: 6 nov. 2024.

GONÇALVES, J. F.; LASCO, G. Anthropology, democracy, and authoritarianism: reflections from Brazil and the Philippines. *Current Anthropology*, v. 64, n. 1, p. 27-48, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/723300> Acesso em: 6 nov. 2024.

GOODWIN, C.; JACKSON, D. Global perspectives on influence operations investigations: shared challenges, unequal resources. *Carnegie Endowment for International Peace*, 2022. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2022/02/global-perspectives-on-influence-operations-investigations-shared-challenges-unequal-resources?lang=en> Acesso em: 6 nov. 2024.

GRAVES, L.; BÉLAIR-GAGNON, V.; LARSEN, R. From public reason to public health: professional implications of the “debunking turn” in the Global Fact-Checking Field. *Digital Journalism*, 2023. <https://doi.org/10.1080/21670811.2023.2218454> Acesso em: 6 nov. 2024.

GROHMANN, R. Not just platform, nor cooperatives: worker-owned technologies from below. *Communication, Culture & Critique*, v. 16, n. 4, p. 274-282, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ccc/tcad036> Acesso em: 6 nov. 2024.

GROHMANN, R.; ONG, J. C. Disinformation-for-Hire as everyday digital labor: introduction to the special issue. *Social Media + Society*, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/20563051231224723> Acesso em: 6 nov. 2024.

KNORR, C.; WOLTER, M.; PENTZOLD, C. Whistleblower memoirs: deconstructing data consultants’ insider stories. *Social Media + Society*, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/20563051231224730> Acesso em: 6 nov. 2024.

KRAUSE, M. The Good Project: humanitarian relief NGOs and the fragmentation of reason. *University of Chicago Press*, 2014. Disponível em: <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/G/bo17888868.html> Acesso em: 6 nov. 2024.

LAM, D. Feature: Rakuten Viber on course to become the Philippines’ “super app”. *Kyodo News*, 2023. Disponível em: <https://english.kyodonews.net/news/2023/10/b037f596a041-feature-rakuten-viber-on-course-to-become-the-philippines-super-app.html> Acesso em: 6 nov. 2024.

LANUZA, J. M.; ONG, J. C.; GROHMANN, R.; RECUERO, R.; ALVES, M.; TAVARES, C. Post-elections narratives in Brazil and the Philippines: cross-country learning for democratic resilience. *DigiLabour*, 2023. Disponível em: <https://digilabour.com.br/en/post-elections-narratives-in-brazil-and-the-philippines-cross-country-learning-for-democratic-resilience/> Acesso em: 6 nov. 2024.

LEHUEDÉ, S. The double helix of data extraction: radicalising reflexivity in critical data studies. *Technology and Regulation*, p. 84-92, 2024. <https://doi.org/10.26116/techreg.2024.009> Acesso em: 6 nov. 2024.

LELO, T. The rise of the Brazilian fact-checking movement: between economic sustainability and editorial independence. *Journalism Studies*, v. 23, n. 9, p. 1077-1095, 2022a. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2022.2069588> Acesso em: 6 nov. 2024.

LELO, T. When a journalistic truth-seeking tradition thrives: examining the rise of the Brazilian fact-checking movement. *Journalism Practice*, p. 1-19, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2088603> Acesso em: 6 nov. 2024.

LIM, G.; BRADSHAW, S. Chilling legislation: tracking the impact of “fake news” laws on press freedom internationally. *Center for International Media Assistance*, 2023. <https://www.cima.ned.org/publication/chilling-legislation/> Acesso em: 6 nov. 2024.

MADUNG, O.; OPEN SOURCE RESEARCH & INVESTIGATIONS. Platforms, promises and politics. *Mozilla Foundation*, 2024. Disponível em: <https://foundation.mozilla.org/en/campaigns/platforms-promises-and-politics/> Acesso em: 6 nov. 2024.

MARWICK, A.; KUO, R.; CAMERON, S. J.; WEIGEL, M. *Critical disinformation studies*, 2021. Disponível em: <https://citap.unc.edu/research/critical-disinfo/> Acesso em: 6 nov. 2024.

MEDRADO, A.; VERDEGEM, P. Participatory action research in critical data studies: interrogating AI from a South–North approach. *Big Data & Society*, v. 11, n. 1, 2024. Disponível em: 20539517241235869. Acesso em: 6 nov. 2024.

NIELSEN, R. K. Misinformation often comes from the top (AKA “It’s the Elite, Stupid). 2024. Disponível em: <https://rasmuskleisnielsen.net/2024/01/03/misinformation-often-comes-from-the-top-aka-its-the-elite-stupid/> Acesso em: 6 nov. 2024.

ONG, J. C. Targeted countries should demand accountability from the Pentagon and platforms for COVID disinformation. *Tech Policy Press*, 2024. Disponível em: <https://www.techpolicy.press/targeted-countries-should-demand-accountability-from-the-pentagon-and-platforms-for-covid-disinformation/> Acesso em: 6 nov. 2024.

ONG, J. C.; VENTURA, K. Catch me if you can [audio podcast]. *PumaPodcast*, 2022-2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0w7E2dq8JnoVDJaRyupM6i> Acesso em: 00 mês ano.

ONG, J. C.; COMBINIDO, P. Obligated to be grateful: how local communities experienced humanitarian actors in typhoon Haiyan [Public report]. *Plan International*, 2015. Disponível em: <https://figshare.le.ac.uk/articles/report/Obligated to Be Grateful How Local Communities Experienced Humanitarian Actors in Typhoon Haiyan/10150190?file=18292634> Acesso em: 6 nov. 2024.

ONG, J. C.; COMBINIDO, P. Local aid workers in the digital humanitarian project: between “second class citizens” and “entrepreneurial survivors”. *Critical Asian Studies*, v. 50, n. 1, p. 86-102, 2018. <https://doi.org/10.1080/14672715.2017.1401937> Acesso em: 6 nov. 2024.

ONG, J. C.; GROHMANN, R. South-to-South learning spaces vs disinformation. *DigiLabour*, 2022. Disponível em: <https://digilabour.com.br/south-to-south-learning-spaces-vs-disinformation/> Acesso em: 6 nov. 2024.

ONG, J. C.; FALLORINA, R.; LANUZA, J. M. H.; SANCHEZ, F. I.; CURATO, N. *Parallel public spheres: influence operations in the 2022 Elections* [Public report]. 2022. Disponível em: <https://mediamanipulation.org/research/parallel-public-spheres-influence-operations-2022-philippine-elections> Acesso em: 6 nov. 2024.

ORDOÑEZ, C. Philanthropic funding landscaping for healthy information ecosystems. *Trust, Accountability, and Inclusion (TAI) Collaborative*, 2024. Disponível em: <https://taicollaborative.org/philanthropic-funding-landscaping-for-healthy-information-ecosystems> Acesso em: 6 nov. 2024.

REUTERS. Meta's settlement talks with Kenyan content moderators break down. *Guardian*, 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2023/oct/16/meta-settlement-talks-with-kenyan-content-moderators-break-down-facebook> Acesso em: 6 nov. 2024.

RIBEIRO, B.; RIBEIRO, M.; ALMEIDA, V.; MEIRA, W. Analyzing the “Sleeping Giants” activism model in Brazil. *WebSci '22: Proceedings of the 14th ACM Web Science Conference 2022*, p. 87-97, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361551974_Analyzing_the_Sleeping_Giants_Activism_Model_in_Brazil Acesso em: 6 nov. 2024.

RIO, V. From content to payment: the rise and implications of social media ad revenue sharing. *What To Fix*, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1P2BomKmA8yKt0sBBTxutiluCvITsX7e/view> Acesso em: 6 nov. 2024.

RUBIO, R.; MONTEIRO, V. de A. Preserving trust in democracy: the brazilian Superior Electoral Court's quest to tackle disinformation in elections. *South African Journal of International Affairs*, v. 30, n. 3, p. 497-520, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10220461.2023.2274860> Acesso em: 6 nov. 2024.

RYAN, E. Researchers mine fact-check insights data to explore many facets of misinfo. *Duke Reporters' Lab*, 2024. Disponível em: <https://reporterslab.org/latest-news/> Acesso em: 6 nov. 2024.

SA NEWS. IEC partners with social media giants. *SA News*, 2023. <https://www.sanews.gov.za/south-africa/iec-partners-social-media-giants> Acesso em: 6 nov. 2024.

SABALLA, J. Following West, Philippine military bans China-linked TikTok over security concerns. *The Defense Post*, 2024. Disponível em: <https://thedefensepost.com/2024/02/19/philippine-military-bans-tiktok/> Acesso em: 6 nov. 2024.

SANDEFUR, J. USAID localization by the numbers. *Center for Global Development*, 2022. <https://www.cgdev.org/blog/usaid-localization-numbers> Acesso em: 6 nov. 2024.

SANTOS, N. Why do we need to discuss so-called “information integrity”? *Tech Policy Press*, 2024. Disponível em: <https://www.techpolicy.press/why-do-we-need-to-discuss-so-called-information-integrity/> Acesso em: 6 nov. 2024.

SHARMA, N. A note to our readers: the international press is baying for our blood, yet again, and you should know why. *Opindia*, 2024. Disponível em: https://www.opindia.com/2024/05/note-to-readers-international-press-target-opindia-wired-defund-deplatform/#google_vignette Acesso em: 6 nov. 2024.

UNITED STATES WHITE HOUSE. *Fact Sheet: advancing technology for democracy*. The White House. 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/03/29/fact-sheet-advancing-technology-for-democracy-at-home-and-abroad/> Acesso em: 6 nov. 2024.

WALL STREET JOURNAL. The Facebook files. *The Wall Street Journal*, 2021. Journal. <https://www.wsj.com/articles/the-facebook-files-11631713039> Acesso em: 6 nov. 2024.

